

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Melissa Maria da Costa Cabral

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

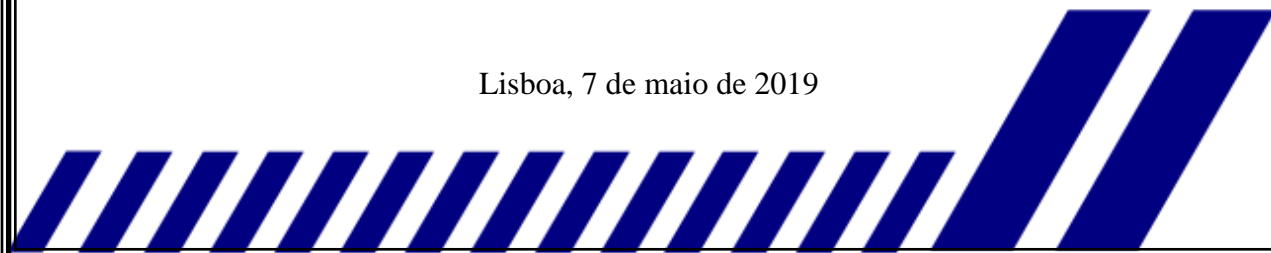
O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança:
Proposta de Referencial de Formação para Equipas de
Proximidade e de Apoio à Vítima

Orientação Científica:

Subintendente Nuno Caetano Lopes Barros Poiares

Subintendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote

Lisboa, 7 de maio de 2019



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Melissa Maria da Costa Cabral

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

O PROGRAMA APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA: PROPOSTA DE REFERENCIAL DE FORMAÇÃO PARA EQUIPAS DE PROXIMIDADE E DE APOIO À VÍTIMA

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Subintendente Nuno Caetano Lopes Barros Poiares e Subintendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote.





Estabelecimento de ensino

Instituto Superior de Ciências Policiais e
Segurança Interna

Curso

XXXI CFOP

Orientadores

Subintendente Nuno Poiares
Subintendente Hugo Guinote

Título

O Programa Apoio 65 – Idosos em
Segurança:
Proposta de Referencial de Formação para
Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima

Autor

Melissa Maria da Costa Cabral

Local de Edição

Lisboa

Data de Edição

Maio de 2019

*Aos meus pais e ao Francisco,
por serem os grandes pilares da minha vida.*

Agradecimentos

Ao longo dos últimos cinco anos, muitos foram os desafios propostos e as barreiras ultrapassadas. Esta dissertação representa o culminar desse percurso que não teria sido possível percorrer até ao fim sem o contributo de muitas pessoas que me motivaram e me ajudaram a concretizar os meus objetivos.

O meu primeiro agradecimento é dirigido aos meus pais por serem verdadeiros exemplos de força e de perseverança e pelos valores que me transmitiram e que fizeram de mim a pessoa que sou hoje. À minha Mãe pelo exemplo de pessoa e de profissional que sempre fiz e faço questão de seguir, pela paciência e carinho incessantes e pelas horas infinitas passadas ao telefone que tornaram a distância física menos dolorosa. Ao meu Pai pelo orgulho incondicional que tem em mim e que nunca deixa de demonstrar, pela permanente disponibilidade e por tudo o que faz por mim. O vosso amor é indiscritível. A vocês que são o meu porto de abrigo, obrigada por tudo.

A ti, Francisco, por seres um grande pilar na minha vida, por caminhares sempre ao meu lado e por nunca deixares de acreditar em mim. Pela paciência que tens tido comigo, principalmente ao longo desta jornada. Por todo o amor e apoio incomensuráveis que fazem de mim uma pessoa mais feliz. Todas as palavras são poucas para expressar o quanto representas para mim.

Aos meus irmãos, padrinhos, sobrinhos, tios, ao primo, à Gó, à Bia e à avó Maria Eduina, por me reconfortarem o coração a cada regresso a casa.

À Ana e à Joana por serem como irmãs para mim e por nunca me falharem.

À Cristina e ao Francisco por me terem como uma filha e por todo o apoio que me têm dado ao longo desta caminhada. À Madalena e ao Dinis pelas gargalhadas e pelas boas energias que transmitem sempre. À avó Madalena pela sabedoria e serenidade que, até nas fases de maior ansiedade, acalmam a alma. Aos tios de Lisboa e aos tios e primos do Porto, pela amizade e hospitalidade. A todos vocês que são a minha segunda família, obrigada pelos bons momentos que me proporcionam.

Às minhas madrinhas do coração, Isabel e São, por todo o carinho e preocupação.

Ao Subintendente Nuno Poiares e ao Subintendente Hugo Guinote pela orientação, disponibilidade e pelos conhecimentos que me transmitiram que, sem dúvida, tornaram esta investigação mais rica e me enriqueceram a mim enquanto pessoa e futura Oficial de Polícia.

Ao Subintendente Carlos Ferreira e ao Comissário Francisco Lopes pelas ideias e conselhos que me deram e por se demonstrarem sempre disponíveis a ajudar.

Ao Subcomissário Mário Sousa e ao Subcomissário Rogério Silva por todos os conhecimentos partilhados ao longo do estágio prático que serão bastante úteis para o meu futuro profissional.

Não posso deixar de agradecer à Chefe Anabela, ao Sr. Afonso e ao Sr. Carvalho por terem sido sempre tão atenciosos comigo e me terem ajudado em tudo o que precisei.

Como não poderia deixar de ser, às Navegantes. Por serem as responsáveis por grande parte dos melhores momentos que vivi nestes últimos cinco anos. Por me terem ajudado a ultrapassar muitos obstáculos ao longo deste percurso. E por serem, mais do que camaradas, verdadeiras amigas.

A todos aqueles que o meu ingresso no Instituto me proporcionou conhecer. Desde logo aos meus camaradas do XXXI CFOP que tenho como grandes amigos. Ao Macedo da Silva e ao Medeiros por serem das melhores pessoas que conheci. À Filipa e à Joana pelos bons momentos que guardarei para sempre na minha memória. E à grande família dos *Octavus* à qual tenho o privilégio de pertencer.

Por último, mas não menos importante, uma palavra de gratidão a todas as pessoas que colaboraram sem hesitações nesta investigação e sem as quais não teria sido possível alcançar tanto conhecimento.

A todos vós, o meu mais profundo e sincero agradecimento.

Resumo

Hodiernamente, o fenómeno do envelhecimento em Portugal tem vindo a crescer e a evidenciar-se comparativamente ao índice de natalidade. O progressivo aumento do número de idosos, aliado à elevada esperança média de vida, exigirão cada vez mais um maior e mais adequado acompanhamento por parte das estruturas de apoio. No âmbito policial, a Polícia de Segurança Pública, através do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, tem desenvolvido esforços junto da população idosa, mas ainda muito pode ser feito. A formação sobre idosos nesta Força de Segurança já existe e está enquadrada na formação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, contudo pode e deve ser melhorada. Na ausência de formação específica nesta área, torna-se da maior importância promover um reforço das competências dos agentes de proximidade, no sentido de os tornar mais capazes para lidar com o público idoso. Neste trabalho, optou-se pelo método qualitativo, levando a cabo inquéritos por entrevista a informantes-chave com formação e experiência profissional nas áreas em estudo na presente investigação. A partir da análise de conteúdo das respostas dos entrevistados, foi possível concluir que as principais competências necessárias estão relacionadas com a capacidade de comunicação, empatia e compreensão, bem como com as competências teóricas e técnicas que apenas se obtêm através da formação. Assim, segundo a opinião da maior parte dos entrevistados, faz sentido que seja desenvolvida uma formação de especialização nesta área que constitui uma das principais valências do policiamento de proximidade.

Palavras-chave: Idosos; Policiamento de proximidade; Formação; Polícia.

Abstract

Nowadays, the phenomenon of an ageing population has been growing in Portugal and it becomes more evident compared to the birth rate. The progressive increase in the number of elderly people, coupled with the high average life expectancy, will increasingly require a greater and more appropriate monitoring by the support structures. In the police sphere field, the Public Security Police, through the 65 Support Program – Elderly in Security, has developed efforts with the elderly population, but a lot can still be done. The formation on elderly people in this security force already exists and is framed in the formation of the integrated model of proximity policing. However, it can and should be improved. In the absence of specific training in this area, it becomes of the utmost importance to promote a reinforcement of the competences of the proximity agents, in order to make them more capable to cope with the elderly public. In this study, we opted for the qualitative method, conducting interviews by interviewing the key informants with qualification and professional experience in the areas under study in the present investigation. Based on the content analysis of the interviewees responses, it was possible to conclude that the main competencies needed are related to the communication capacity, empathy and understanding, as well as the theoretical and technical competencies that are only obtained through formation. Therefore, according to the opinion of most interviewees, it makes sense that a specialized formation course in this area can be developed, which constitutes one of the main qualifications of proximity policing.

Keywords: Elderly; Proximity Policing; Formation; Police.

Lista de Siglas e Abreviaturas

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CFA	Curso de Formação de Agentes
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CP	Código Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DN PSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
EPAV	Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima
EPES	Equipas do Programa Escola Segura
EPP	Escola Prática de Polícia
FS	Força(s) de Segurança
FSS	Força(s) e Serviço(s) de Segurança
GAIV	Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Policiamento Comunitário
PD	Pergunta(s) Derivada(s)
PES	Programa Escola Segura
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PP	Policiamento de Proximidade
PSP	Polícia de Segurança Pública
U.R.	Unidade(s) de Registo
VD	Violência Doméstica

Índice

Dedicatória.....	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Abstract	v
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	vi
Índice de Quadros	viii
Índice de Figuras	ix
Índice de Anexos e Apêndices	x
INTRODUÇÃO	1
I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL	4
1.1. Conceito de Polícia	4
1.2. Policiamento de Proximidade	6
1.3. O idoso	10
1.4. Formação.....	15
II – A FORMAÇÃO NO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.....	19
2.1. Os Modelos de Polícia e de Policiamento na Europa e no Mundo	19
2.2. O Modelo de Policiamento de Proximidade em Portugal	22
2.3. Proximidade Policial e Apoio a Idosos	26
2.4. A Formação na PSP.....	30
III – MÉTODO.....	36
3.1. Formulação do problema de investigação	36
3.2. Enquadramento metodológico geral.....	37
3.3. Caracterização dos inquiridos	38
3.4. Instrumentos de recolha de dados	41
3.5. Procedimento.....	42
3.6. Técnicas de análise e tratamento dos dados	44
IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	46
4.1. Caracterização e problemas dos idosos	46
4.2. Competências e necessidades de formação	50
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
Referências Bibliográficas	61
Anexos	71
Apêndices	77

Índice de Quadros

Quadro 1 – Atores Internos – Categoria Profissional/Sexo	39
Quadro 2 – Atores Internos – Entrevistado(a)/Categoria/Função.....	39
Quadro 3 – Atores Externos - Entrevistado(a)/Entidade/Função/Cargo.....	40
Quadro 4 – Totais de U.R.	46
Quadro 5 – Tipologia de violência contra idosos e respectivos indicadores	78
Quadro 6 – Esquema de Análise Categorical	89
Quadro 7 – Categoria A1 – Caracterização dos idosos.....	90
Quadro 8 – Categoria A2 – Fatores potenciadores de insegurança	91
Quadro 9 – Categoria A3 – Dificuldades na identificação de problemas	92
Quadro 10 – Categoria A4 – Dificuldades na interação com idosos	92
Quadro 11 – Categoria B1 – Formação inicial	93
Quadro 12 – Categoria B2 – Formação adicional.....	93
Quadro 13 – Categoria B3 – Desempenho profissional.....	94
Quadro 14 – Categoria B4 – Formação dos informantes externos	94
Quadro 15 – Categoria B5 – Competências necessárias.....	95
Quadro 16 – Categoria B6 – Alterações à formação	96
Quadro 17 – Categoria B7 – Pertinência da formação específica.....	97

Índice de Figuras

Figura 1 – Índice de envelhecimento (N.º), Portugal, 1991-2017 (estimativas) e 2018-2080 (projeções)	72
Figura 2 – Estrutura etária da população por grandes grupos de idade (%), Portugal, 1970-2014	73

Índice de Anexos e Apêndices

Anexos

Anexo 1 – Índice de envelhecimento	72
Anexo 2 – Estrutura etária da população por grandes grupos de idade	73
Anexo 3 – Autorização para consulta dos Planos Curriculares da EPP.....	74
Anexo 4 – Autorização para a realização de entrevistas a elementos da PSP	75
Anexo 5 – Declaração de Consentimento Informado	76

Apêndices

Apêndice A – Indicadores específicos de violência contra idosos	78
Apêndice B – Pedido de autorização para consulta dos Planos Curriculares da EPP	79
Apêndice C – Pedido de autorização para a realização de entrevistas a elementos da PSP.....	80
Apêndice D – Guião de Entrevista para Oficiais da PSP	82
Apêndice E – Guião de Entrevista para Chefes e Agentes da PSP	84
Apêndice F – Guião de Entrevista para informantes-chave externos.....	86
Apêndice G – Guião de entrevista para informantes-chave com funções policiais na área da Formação.....	88
Apêndice H – Esquema de Análise Categorical.....	89
Apêndice I – Pré-categoria A – Caracterização e problemas dos idosos	90
Apêndice J – Pré-categoria B – Competências e necessidades de formação	93
Apêndice K – Proposta de Referencial de Formação	98

INTRODUÇÃO

A realidade demográfica portuguesa tem vindo a demonstrar um constante envelhecimento da população, o qual resulta do aumento da esperança média de vida e da longevidade das pessoas idosas com idades mais avançadas. Este fenómeno, embora possa também ser analisado positivamente, num ponto de vista de um envelhecimento ativo e saudável, constitui um dos maiores desafios do século, atendendo a que as consequências que dele advêm exigem um planeamento bem consolidado e uma drástica alteração dos padrões da sociedade (Nazareth, 2009; Rosa, 2012, cit. in Rodrigues & Moreira, 2019, p. 6).

De acordo com as estatísticas demográficas de 2017 do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018), perspectiva-se que até 2080, o número de idosos por cada 100 jovens passe dos 155, registados no ano de 2017, para 309 (cfr. Anexo 1). Conforme outros dados estatísticos do INE (2015), em 1970 a população jovem representava 28,5% da população total, enquanto que a população idosa tinha apenas 9,7% da representação demográfica total. Em 2014, o valor percentual referente ao número de jovens baixou para os 14,4%, ao passo que a percentagem de idosos aumentou para os 20,3% (cfr. Anexo 2). Esta inversão de predominância populacional por faixa etária, vem alertar a sociedade para a premente necessidade de criação e de reforço de serviços e estruturas de apoio, que atuem numa lógica de cooperação em prol do bem-estar e da segurança dos idosos, tentando prevenir ao máximo a criminalidade e a discriminação contra estas pessoas (Leitão, 2000).

Neste contexto, surgiu em Portugal, por influência de modelos de outros países, o Policiamento de Proximidade (PP) que vem estreitar as relações entre a Polícia e os cidadãos. A este modelo de policiamento foram apensados vários programas destinados a determinados grupos específicos em especial estado de vulnerabilidade atendendo à sua condição, como é o caso dos idosos, cujo programa que lhes é destinado corresponde ao Apoio 65 – Idosos em Segurança (Oliveira, 2006).

Tendo em conta que muitos idosos vivem sozinhos e, muitas vezes, em condições que não lhes proporcionam a maior segurança, é crucial uma intervenção da Polícia de Segurança Pública (PSP) no sentido de avaliar o risco individual destas pessoas através da identificação atempada de todas as suas vulnerabilidades de segurança. Face ao exposto, considerou-se da maior pertinência estudar o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, mas na ótica da formação. Alguns programas especiais têm vindo a ser estudados ao nível do PP em Portugal, como é o caso dos programas Escola Segura, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Violência Doméstica (VD) e Comércio Seguro. No entanto, as abordagens feitas

até hoje recaem, essencialmente, sobre a eficácia destes programas na redução do sentimento de insegurança das pessoas que deles usufruem. A presente investigação tem antes como objeto de estudo a formação policial que constitui uma das linhas de investigação de uma das três áreas científicas das Ciências Policiais, denominada “o trabalho e a organização policial” (Elias, 2018, p. 37).

No sentido de prestar a melhor assistência possível aos idosos, querem-se polícias dotados de certas competências que, caso não sejam inerentes ao próprio elemento policial, não são ainda objeto de formação específica na PSP. Como tal, o presente estudo traduz-se no levantamento das necessidades de formação para os polícias afetos ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, pretendendo dar resposta à seguinte pergunta de partida: Que competências deve um polícia possuir para interagir com o público idoso no âmbito do policiamento de proximidade?

A par desta questão fundamental que constitui a problemática central da presente investigação, são levantadas as seguintes perguntas derivadas (PD), cujo principal intuito passa por reforçar o entendimento acerca deste estudo:

PD1 – Como são genericamente caracterizados os idosos ao nível das dimensões física, psicológica e sociológica?

PD2 – Quais os principais problemas dos idosos ao nível da sua segurança?

PD3 – Quais as necessidades de formação dos polícias relativamente aos idosos?

Nesta senda, o objetivo geral da presente investigação consiste em construir uma proposta de referencial de formação para agentes de proximidade adstritos ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança. No sentido de tornar possível o alcance do referido objetivo, propomo-nos a atingir os objetivos específicos que procuram identificar os principais problemas que afetam a segurança dos idosos, analisar as competências que um polícia deve ter para lidar com os idosos no âmbito do policiamento de proximidade, bem como identificar as necessidades do efetivo policial relativamente à formação nesta área.

Perante os supramencionados objetivos que se pretende alcançar e as referidas perguntas às quais se almeja dar resposta, enveredou-se pelo método qualitativo, recorrendo a inquéritos por entrevista a profissionais internos e externos à PSP, estrategicamente escolhidos com base na sua formação e na sua experiência profissional.

Quanto à estrutura, a presente dissertação está dividida em cinco partes. Na primeira parte, são minudenciados os conceitos de Polícia, de PP, de idoso e de formação, por serem os principais temas de interesse para a investigação em curso e por coincidirem com as palavras-chave selecionadas em primeira instância. A segunda parte, que corresponde ao

capítulo do estado de arte, reflete sobre os modelos de Polícia e de policiamento na Europa e no Mundo, onde são referidos os principais modelos que foram surgindo ao longo dos anos, passando para a especificação do modelo de policiamento de proximidade em Portugal. De seguida, é explicada a vertente da proximidade policial e do apoio aos idosos levado a cabo pela PSP, no sentido de levar ao entendimento do leitor o trabalho que é feito por esta Polícia junto da população idosa. No final deste capítulo é contextualizada a formação na PSP, nomeadamente, aquela que é dada sobre idosos, quer nos cursos de formação inicial, quer nos cursos ou formações contínuas ou de especialização. O terceiro capítulo trata as questões metodológicas, começando pela formulação do problema de investigação, passando para um breve enquadramento metodológico onde são descritos as opções tomadas e os métodos utilizados. Neste capítulo, é ainda explicado o processo de seleção e caracterização dos inquiridos, os instrumentos utilizados para a recolha de dados, os procedimentos que possibilitaram a realização da dissertação, bem como as técnicas de análise e tratamento dos dados. No quarto capítulo, são apresentados e discutidos os principais resultados referentes aos dados extraídos a partir das respostas aos inquéritos por entrevista realizados. No quinto e último capítulo, são tecidas as considerações finais, procurando responder às perguntas de investigação colocadas e apresentando, com base nos resultados obtidos, uma proposta de referencial de formação sobre o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança. Para terminar, são enumeradas as limitações à realização da dissertação, assim como as recomendações de ação e futuras linhas de investigação.

Resta-nos referir que na presente dissertação são seguidas as referências da 6.^a edição das normas APA (*American Psychological Association*), assim como é conservada a ortografia original das citações utilizadas.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

1.1. Conceito de Polícia

A polícia é um instrumento da política: a governança da segurança alicerça-se na acção policial, sobretudo nos resultados tangíveis da luta contra o crime.

(Clemente, 2013, p. 35)

A expressão Polícia “mergulha as suas raízes na palavra grega *politeia* (que encontra correspondência na expressão latina *politia*)” (Raposo, 2006, p. 21), associando-se ainda “ao vocábulo grego *Polis* que significa cidade, urbe, e o qual se identifica com a palavra latina *Civitas* ou *Civitate*, correspondendo à mesma realidade social – a cidade” (Clemente, 1998, p. 39). A Polícia, tal como a conhecemos hoje, enquanto instituição, não surgiu na Grécia Antiga, mas foi neste período que se efetivou a missão policial, bem como emergiram os indivíduos que prosseguiram essa missão em prol da sociedade – os polícias (Guinote, 2009 p. 287).

Segundo Marcello Caetano (1990, p. 1150),

Polícia é o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir.

Contudo, esta definição cinge-se apenas à aplicação da lei e à manutenção da ordem pública, pelo que pode ser considerada, em certa medida, como uma aceção redutora face à amplitude da missão policial, ao pôr de parte, nomeadamente, a componente social tão importante e frequentemente desempenhada no dia-a-dia policial (Lopes, 2013, p. 5).

Mas a palavra Polícia não se extingue apenas num significado ou num conceito único, materializando-se, sim, em vários sentidos. De acordo com Clemente (2010, p. 146), Polícia em sentido funcional corresponde ao modo de agir da administração pública, em sentido formal incorpora um conjunto de normas reguladoras da ordem pública e em sentido orgânico entende-se como a instituição pública incumbida de prosseguir a manutenção da ordem pública, bem como de zelar pelo cumprimento das leis. Nessa perspetiva, também

Sérvulo Correia (1994, p. 3) define polícia em sentido orgânico como sendo o “serviço da Administração Pública que tem por atribuição exclusiva, ou predominante, a prossecução de uma actividade de uma polícia geral”. Clemente (2000, p. 119) reforça ainda o sentido funcional público policial, dizendo que o mesmo se distingue “pela sua triplicidade: vigilância; prevenção; repressão”. Também Elias (2018, p. 27) afirma que Polícia é um vocábulo polissémico, uma vez que pode assumir diversos sentidos ou significados consoante o ângulo em que o analisemos. Assim, o mesmo autor considera que este “pode ser utilizado para designar os agentes de autoridade, as Forças e Serviços de Segurança e sobretudo, a atividade policial”.

Relativamente ao agente de autoridade enquanto um dos significados da palavra Polícia, Santos (2013, p. 67) designa-o de Polícia no masculino, por se definir como o “indivíduo que desenvolve, em benefício da coletividade, funções de segurança, ostentando sinais exteriores que o identificam enquanto tal, como por exemplo a farda”. Por sua vez, define Polícia no feminino como representação da instituição, isto é, constitui a corporação que exerce funções de segurança pública.

No que concerne à designação de Polícia enquanto Força e Serviço de Segurança (FSS), segundo enuncia Ribeiro (2014, p. 278), esta é a instituição do Estado que usa legitimamente a força física, suportando-se em três grandes objetivos, que consistem em “manter a ordem, disciplinando os indivíduos; proteger os cidadãos, por meio da vigilância constante, contra qualquer uso indevido da força; e, por fim, viabilizar a punição, com a identificação e o registo como suspeito de quem violou as regras”.

Atendendo agora à atividade policial enquanto um dos significados do vocábulo Polícia, de acordo com o disposto no artigo 272.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa (CRP), “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. O mesmo artigo consagra ainda, no seu n.º 2, que a atividade policial deve ser desenvolvida com observância dos princípios da legalidade e da necessidade, bem como prevê, no n.º 4, o vínculo das Forças de Segurança (FS) ao respeito pelo princípio da territorialidade. Estes princípios estão também presentes nos artigos 2.º¹ e 30.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna (LSI). A par destes princípios, o n.º 2 do artigo 2.º da LSI incumbe ainda a Polícia de pautar a sua atividade com base nos princípios da adequação e da proporcionalidade. Não obstante os supramencionados princípios pelos os quais a Polícia tem, obrigatoriamente, de

¹ Surgindo, no n.º 2, os princípios da legalidade e da necessidade e, no n.º 3, o princípio da territorialidade.

se reger, “hodiernamente, a actividade de polícia é tanto proibitiva, como construtiva, por isso, os actos de polícia são ou ablativos ou ampliativos dos direitos do cidadão” (Clemente, 2014, p. 142), ou seja, existe uma flexibilidade na atuação policial, na medida em que a Polícia intervém de forma adequada ao contexto a que é chamada a interceder.

De acordo com Oliveira (2006, p. 106), “a polícia é entendida numa perspectiva lata, como uma actividade administrativa que tem por fim prevenir danos que possam resultar de condutas sociais perigosas”. A missão da Polícia é, assim, caracterizada por um amplo conjunto de funções, genéricas e específicas, criadas como ferramentas essenciais à regulação da vida em sociedade, de entre as quais fazem parte a supressão de conflitos e a garantia do respeito pelos direitos individuais, tanto por parte dos pares, como por parte do Estado, pelo que a sua ação não pode ser confundida com nenhuma dos restantes órgãos da administração pública (David, 2014, p. 7). Para Valente (2008, p. 6), a atividade de polícia “corresponde a uma função administrativa do Estado”, a qual pode ser encarada de dois prismas distintos: o tradicional que “acarretava a função de polícia ordenadora e de garantia que prosseguia a satisfação de necessidades colectivas (a segurança interna do Estado, dos seus cidadãos e respectivos bens, a saúde pública, a tranquilidade pública)”; e o moderno que “acrescenta a tais necessidades a protecção ambiental, a qualidade alimentar, o funcionamento do mercado, o urbanismo, etc.”.

De um modo geral, o termo Polícia abrange diversos significados. Hoje, a Polícia, enquanto instituição, isto é, na qualidade de órgão do Estado ao serviço do cidadão, tem uma responsabilidade crescente a todos os níveis, uma vez que à medida que novos desafios surgem, consequentemente, novos procedimentos têm de ser adotados, por forma a garantir que tanto os polícias como a atividade policial acompanham as mutações da sociedade contemporânea, de forma consciente e adequada.

1.2. Policiamento de Proximidade

Muito embora diversos autores definam PP como tendo o mesmo significado que Policiamento Comunitário (PC), existem entre ambos os modelos algumas diferenças, desde a sua origem geográfica aos fins para os quais foram concebidos e implementados.

Ao nível da sua génese, “o termo Policiamento de Proximidade, advém do modelo francófono (*Police de Proximité*) caracterizado pela territorialização, contacto permanente, polivalência, responsabilização e serviço público” (Simão, 2006, p. 14), tendo-se começado a propagar, essencialmente, a partir da década de 90 do séc. XX nos países de modelo

napoleónico (Elias, 2018, p. 129). Relativamente ao PC, de acordo com Fernandes (2014, p. 175), este tipo de policiamento emerge no sentido de reagir ao modelo tradicional, apostando no restabelecimento da legitimidade da Polícia junto das comunidades, tendo começado a vulgarizar-se por volta dos anos 70 do séc. XX, nos países anglo-saxónicos de modelo de Polícia descentralizado e nacional, como *community policing* (Elias, 2018, pp. 128-129). Não obstante os momentos históricos que assinalam a disseminação de ambos os modelos de policiamento enunciados, a sua origem remonta a 1829 quando, no Reino Unido, Robert Peel demoveu o Parlamento Britânico no sentido de criar a *Metropolitan Police of London* (Elias, 2018, p. 160). Assim, muitos autores identificam como criador deste modelo de policiamento Sir Robert Peel (Fernandes, 2014, p. 175), autor da ilustre frase “a polícia é o público e o público é a polícia” que, segundo Leitão (1999, p. 9), assinala a origem do PC.

Elias (2018, p. 129) destaca que o PC se desenvolve da base para o topo, isto é, numa lógica de consentimento na qual a Polícia estabelece quase que um acordo com a comunidade, ao passo que o PP se desenvolve do topo para a base, ou seja, por determinações centrais do Estado, por norma disseminadas a nível nacional. Hodiernamente, por muito que o PP, ao nível da sua implementação, seja ainda emanado por um órgão central através da emissão de diretivas operacionais divulgadas por toda a instituição policial, o seu significado de aproximação ao cidadão cada vez mais se estreita com o conceito base de PC, o que nos leva a crer que, pese embora tenham surgido de formas diferentes, ambos demonstram ter o propósito de prosseguir os mesmos fins. Em tom de reforço desta ideia, Elias (2018, p. 141) afirma que “independentemente das diferenças entre o policiamento comunitário e o de proximidade, estes modelos exigem o redireccionamento do serviço policial, a coprodução de segurança, a mobilização, o compromisso, a qualidade, a produtividade, a proatividade, as parcerias público-público, público-privado”.

Nessa medida, “o Policiamento de Proximidade, denominado de Policiamento Comunitário pela literatura mundial para significar a ruptura com o referido policiamento tradicional (...), resulta das estratégias tendentes a criar uma aproximação entre a polícia e as comunidades” (Simão, 2006, p. 14). Também Fernandes (2014, p. 181) caracteriza este modelo de policiamento como impulsionador de um alargamento da conceção tradicional de segurança, na medida em que proporciona uma evolução da exclusividade do patrulhamento como ex-líbris da atividade policial, para uma conceção de proximidade, dando enfoque às parcerias que se desenvolvem com os cidadãos, tornando o policiamento mais seletivo e diferenciado, quer ao nível dos problemas, como no que respeita aos meios, às vítimas e aos autores dos crimes. Segundo Leitão (2005, p. 31), este modelo de policiamento voltado para

a comunidade corresponde a uma estratégia policial com o intuito de combater, não só a delinquência, mas as causas sociais que a provocam, no sentido de zelar por uma melhoria da qualidade de vida, do controlo criminal e da legitimidade policial perante as comunidades, fazendo com que, conseqüentemente, haja um aumento do sentimento de segurança, bem como da qualidade do serviço que, preferencialmente, deve ser levado a cabo em cooperação com outras entidades de regulação social e com os próprios cidadãos que compõe essas comunidades. Para Elias (2018, pp. 136-137),

O policiamento comunitário ou de proximidade apresenta-se como um conjunto de estratégias e de atividades personalizadas e direcionadas para a resolução das questões específicas que perturbam a segurança objetiva e que influenciam as perceções de insegurança, afastando-se assim de procedimentos essencialmente burocratizados e exclusivamente normativos.

Neste sentido, a expressão proximidade, no âmbito policial, encerra em si um paradigma no qual a Polícia, enquanto aparelho administrativo, passa a estabelecer relações com os cidadãos, o que acaba por contribuir para o aumento da legitimidade da Polícia perante a população, bem como da sua eficácia, através da aproximação entre ambos (Oliveira, 2006, p.85). No fundo, esta proximidade vem fortalecer a confiança das populações no trabalho que é desenvolvido pela Polícia e proporciona-lhe a oportunidade do estabelecimento de laços que, mais tarde, podem vir a traduzir-se em elos de informação com bastante relevância para o serviço policial (Elias, 2018; Fernandes, 2014). Seguindo um nexo de causalidade, quando se assiste ao aumento da confiança na Polícia por parte dos cidadãos, verifica-se uma conseqüente diminuição do sentimento de insegurança dos mesmos face à possibilidade de poderem vir a ser vítimas de um crime (David, 2014; Ribeiro, 2014). A promoção dessa aproximação dos polícias ao cidadão acarreta um conhecimento mais profundo acerca dos problemas e das necessidades das pessoas que habitam ou laboram em determinada área, deixando o crime de ser a exclusiva prioridade da Polícia, tendo em conta que progressivamente aumenta a preocupação sobre qualquer que seja o problema que interfira e perturbe a paz da comunidade (Elias, 2018; Guinote, 2013).

Para Jorge (2014, p.28), o PP deve ser encarado sob o ponto de vista de uma tríade perspetiva, agregando a uma atividade policial desenvolvida tão perto dos cidadãos quanto

possível, uma maior visibilidade das forças de segurança e um esforço por garantir uma real capacidade de resposta e de resolução dos problemas das populações.

Se, por vezes, ao nível tático, a interação da Polícia com a população se reveste de negativismo em situações nas quais o papel da polícia é reativo, na medida em que passa por repreender determinado cidadão que transgredir a lei, noutras situações, nas quais se enquadra o PP, a interação policial, quer seja com os cidadãos, quer seja com entidades externas através do desenvolvimento de parcerias, demonstra ser francamente positiva, na medida em que a lógica do patrulhamento deixa de ser passivo, tornando-se mais interventivo, mais direto e próximo das pessoas (Elias, 2018, p. 138).

Segundo Alves e Valente (2006, p. 91), este modelo de policiamento encontra razão de ser no facto de que o crescente número de ameaças à segurança, bem como a tendente complexidade característica das sociedades contemporâneas, exigiram outro tipo de resposta, apenas possível de obter de uma forma próxima e articulada com a população. De acordo com Durão (2008, p. 29), esta proximidade permite aos polícias não tanto responder apenas a emergências no âmbito da patrulha, mas cada vez mais ter a capacidade de responder de forma preventiva, suportando-se no conhecimento adquirido relativo às dimensões social e local. Neste sentido, também Guinote (2013, p. 135) refere que “o objectivo de uma Polícia moderna já não é responder rapidamente à ocorrência criminal, mas antes evitar que ela ocorra, através de uma prevenção transversal a um conjunto de áreas que ultrapassam a exclusividade da segurança policial”. Esta forma de policiamento capacita a Polícia de uma componente preventiva mais intensificada, através do recurso à vigilância nas ruas, no sentido de garantir a segurança dos cidadãos, bem como a manutenção da ordem e a liberdade de circulação das pessoas (Fernandes, 2014, p. 181). Mais do que *first responders*, os polícias, no âmbito do PC ou PP, devem ser também *first preventers* (Kelling & Bratton, 2006, cit. in Elias, 2018, p. 137).

Quando se assiste a uma alteração do paradigma da ação policial, onde progressivamente é priorizada a proximidade e a prevenção, a Polícia “consegue ampliar a sua legitimidade e credibilidade perante a população, pois deixa de ser solicitada somente em situações de infrações ou desordens, como passa também a ser requisitada para regular ocorrências de cariz social” (Jorge, 2014, p. 30). Assim, a atividade policial, para além do estrito cumprimento da lei, apanágio do policiamento tradicional, passa, com o PP, a preocupar-se mais com a resolução dos problemas da comunidade, fortificando as relações entre esta e a Polícia (Sousa, 2009, p. 336). De acordo com Costa (2002, p. 39), este modelo apenas surte efeitos se se fortalecer a relação com a comunidade, dado que “com esta relação

interactiva consegue-se, também, um envolvimento e responsabilização de todos os cidadãos na resolução dos problemas que afectam a sua segurança, levando as pessoas a considerar o polícia como um amigo e não como um intruso”.

Segundo Elias (2018, p. 25), o papel da Polícia, nos dias de hoje, é um papel muito mais vasto, na medida em que compreende a garantia da segurança e da tranquilidade dos cidadãos, suportando-se na implementação de programas direccionados a determinados grupos sociais com a finalidade de assegurar a qualidade de vida destes, em termos securitários, bem como nas parcerias institucionais que são desenvolvidas no âmbito do PC/PP. Passamos, assim, à caracterização do idoso enquanto grupo etário abrangido pelo PP, dada a sua especial vulnerabilidade e consequente propensão para a vitimação.

1.3. O idoso

Ser idoso é uma condição plural dos indivíduos que têm o privilégio de experimentar vidas longas.

(Paúl et al., 2005, p. 75)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerado idoso (*elderly*), na maior parte dos países desenvolvidos, todo e qualquer indivíduo com idade cronológica igual ou superior a 65 anos. Contudo, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera idosa toda a população com mais de 60 anos (World Health Organization, 2002). Dentro da população idosa, a ONU contempla ainda a classificação de *oldest old* para pessoas com mais de 80 anos, de *centenarian* para pessoas com mais de 100 anos, e de *super-centenarian* para pessoas com mais de 110 anos (World Health Organization, s.d.). Neste aspeto, a PSP é consensual com a OMS, na medida em que considera idosas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Segundo Rodrigues e Moreira (2019, p. 10), nas sociedades contemporâneas em que vivemos, seria mais realista considerar como idoso não os indivíduos que atingem o limiar dos 65 anos, mas os que têm mais de 75 ou 80 anos.

A par da perspetiva cronológica, os idosos constituem “um grupo populacional grande consumidor de cuidados de saúde, pelas vulnerabilidades inerentes ao processo de senescência² e aos inadequados mecanismos de suporte existencial e social, com raízes na matriz familiar actual” (Costa, 2002, p. 18, cit. in Páscoa, 2008, p. 31). Esta matriz espelha

² “declínio da capacidade funcional do organismo” (Cancela, 2007, p. 1).

uma realidade ainda bastante atual, onde o idoso é tido “como uma pessoa frágil, inútil e improdutivo, diminuindo o seu papel no seio familiar e sendo remetido para lares e hospitais” (Veloso, 2015, p. 18).

A noção de idoso é indissociável do conceito de gerontologia, uma vez que este, que deriva do grego *geron*, cujo significado é “homem velho”, é definido como o estudo científico do envelhecimento (Martin, s.d.). Assim, a sua abordagem deve ser feita ao nível pluridisciplinar, uma vez que, conforme Paúl (2005, p. 25), “o processo de envelhecimento é objecto de estudo de ciências como a bioquímica, a economia ou o direito, passando pela medicina, psicologia, sociologia e política”. Associado a estes conceitos está também o de gerodinâmica, ou dinâmica do envelhecimento, “que estuda a organização do comportamento ao longo do ciclo de vida segundo uma perspectiva gerontológica” (Schroots, 1995, Birren & Schroots, 2001, cit. in Fonseca, 2006, p. 57). De um modo geral, o envelhecimento é o processo de desenvolvimento da pessoa ao longo da vida até atingir a velhice, a qual, mediante diversos fatores, será construída de forma diferente por toda e cada pessoa. Segundo Yates (1993), o envelhecimento pode ser definido sob o ponto de vista de um processo termodinâmico, influenciado, a nível genético, pelo ambiente envolvente, no qual se assiste a uma progressiva quebra de energia e consequente perda de resíduos que vão aumentando, de forma gradual, a propensão para o surgimento de doenças, culminando na morte.

Os fatores influenciadores do envelhecimento podem variar entre a geração, o sexo e a cultura, pois “se é verdade que cada ser humano é marcado pelo momento histórico em que nasce, o sexo constitui também uma marca que, sobretudo determinadas culturas e contextos sociais, assinala um destino específico” (Novo, 2003, p. 577 cit. in Fonseca, 2006, p. 50). Atendendo aos fatores geração e cultura, enquanto que nas sociedades orientais os idosos são considerados anciãos e é-lhes atribuído o estatuto de dirigente, pela experiência e sabedoria que têm, nas sociedades ocidentais da atualidade o idoso tem, tendencialmente, uma imagem e um papel social praticamente insignificante, sendo um dos fatores de maior referência a perda das suas capacidades, numa conjuntura de produtividade (Pimentel, 2001, cit. in Dinis, 2012, p. 9). Dando enfoque ao fator sexo, de acordo com Veloso (2015, p. 19), “as diferenças genéticas, os comportamentos e os papéis sociais e ocupacionais influenciam a esperança média de vida e os fatores de morbilidade entre os sexos”. Segundo a mesma autora, continuam a haver mais mulheres idosas do que homens, verdade que se assume que perdure no tempo, contudo acredita-se que a diferença na esperança média de vida possa

tender a diminuir em consequência das alterações do papel da mulher na sociedade, bem como das mudanças de estilo de vida.

Para além dos fatores suprarreferidos, a doença e a ocorrência de episódios traumáticos ao longo da vida duma pessoa, podem também constituir, por si só, agravantes para a construção duma velhice mais precoce e menos saudável, a todos os níveis. Mas o envelhecimento não se constrói apenas alicerçado nos diversos fatores que influenciam a sua evolução, desenvolvendo-se também em três dimensões, igualmente designadas por idade biológica, idade psicológica e idade social. Estas idades não são mais do que o reflexo de que cada indivíduo envelhece de forma diferente, podendo não haver uma correspondência direta e taxativa com a idade cronológica do mesmo (Fontaine, 2000). Ainda em tom de reforço desta ideia, Fonseca (2006, p. 53) refere que “o envelhecimento é um fenómeno *bio-psico-social* de cariz individual”, isto porque cada pessoa carrega um passado diferente e único, que se refletirá numa postura e condição de vida particulares. Nesta senda, vários são os autores que definem as referidas dimensões, quer sob a forma de componentes do envelhecimento, quer através da expressão idade.

Numa abordagem biológica, “o envelhecimento deve ser encarado sempre relativamente às mudanças fisiológicas que ocorrem no corpo em diferentes indivíduos, podendo existir diferentes idades fisiológicas em indivíduos com a mesma idade cronológica” (Rabin, 2000, cit. in Fonseca, 2006, p. 62). Para Birren e Cunningham (1985, cit. in Jordão, 2012, p. 27), a idade biológica “é medida através das capacidades vitais do organismo humano e do limite de vida dos sistemas orgânicos, que vão perdendo a sua capacidade de adaptação e de auto-regulação”. Também Carvalho (2008, p. 67) disserta sobre o assunto, referindo que “o envelhecimento biológico manifesta-se, porque uma série de mudanças, intrínsecas ao próprio indivíduo, o levam ao enfraquecimento das suas capacidades e à morte”. Uma forma de retardar, de certa forma, o envelhecimento ao nível biológico, bem como de prevenir doenças degenerativas, melhorando significativamente a qualidade de vida de um indivíduo, passa pela manutenção de uma atividade física regular e de uma dieta equilibrada que, segundo Shephard (1997), correspondem à adoção de um estilo de vida saudável.

Relativamente à componente psicológica do envelhecimento, Schroots e Birren (1980, cit. in Costa et al., 2019, p. 145) definem-na como sendo a “capacidade de autorregulação do sujeito face ao processo de senescência”. Também Birren e Cunningham (1985, cit. in Jordão, 2012, p. 27) destacam esta dimensão como idade psicológica, referindo-se “às capacidades psicológicas (sentimentos, cognições, motivações, memória, inteligência

e outras competências que sustentam o controlo pessoal e a auto-estima) que as pessoas utilizam para se adaptarem às mudanças ambientais”. Deve ser atribuída especial relevância a estas mudanças, tendo em conta que “as condições ambientais a que os indivíduos estão sujeitos praticamente desde que nascem e a sua maior ou menor plasticidade desenvolvimental ao longo de todo o ciclo de vida (...), acabam por influenciar o próprio envelhecimento” (Sayer & Barker, 2002, cit. in Fonseca, 2006, p.63). De acordo com Carvalho (2008, p. 73), “o equilíbrio psíquico do idoso depende da sua capacidade de adaptação à existência presente, passada e, ainda, à realidade que o cerca”. Uma consequência da deterioração psicológica de um indivíduo, que também pode ser enquadrada na componente biológica do envelhecimento, é o seu declínio cognitivo que, para além de poder levar à falência de capacidades como a memória e a cognição, pode, em casos mais graves, conduzir ao aparecimento de doenças como o Alzheimer (Negreiros, 2003, p. 113).

No que concerne à idade social, esta está diretamente relacionada com o papel, os estatutos e os hábitos que cada pessoa idosa tem, paralelamente aos demais membros da sociedade, idade esta também intensamente vincada pela cultura e pela história de cada país (Fontaine, 2000). No mesmo sentido, “o envelhecimento deve ser entendido como um conceito referido à forma como cada sociedade conceptualiza esta fase do ciclo de vida, como uma construção social inscrita numa dada conjuntura histórica” (Fernandes, 1997; Lima & Viegas, 1988, cit. in Fonseca, 2006, p.59). No entanto, existem ainda outros fatores que intensificam a componente (anti)social do envelhecimento de alguns indivíduos, nomeadamente, o preconceito, a exclusão, a solidão e o isolamento. Isto pode ser explicado através do facto de muitos idosos sentirem, por parte da sociedade em que estão inseridos, desprestígio e preconceito relativamente à sua condição mais frágil e debilitada, levando a que os mesmos se isolem por não conseguirem integrar-se socialmente (Barbosa, 2003, p. 137). No que respeita à solidão e ao isolamento, embora possam parecer ter o mesmo significado, efetivamente não definem um só fenómeno. A solidão reveste um carácter bastante psicológico na medida em que o idoso pode viver com alguém ou ter vizinhos, mas sentir-se sozinho por não desenvolver uma relação social com essas pessoas. Ao passo que o isolamento assume um carácter proeminentemente geográfico e físico, pela localização remota da pessoa idosa, que origina uma maior dificuldade no acesso e usufruto de bens e serviços, bem como à socialização, sendo, normalmente, um conceito associado a idosos rurais. Para Carvalho (2013, p. 8), “o isolamento social tem sido visto como um forte indicador de desajuste social e/ou emocional e que tem sido relacionado com vários outros distúrbios como a depressão, ansiedade, transtornos de personalidade, inibição

comportamental, entre outros”. Neste sentido, é aceitável afirmar que pode existir solidão sem que haja lugar ao isolamento, contudo, muito embora também possa haver isolamento sem solidão, nos casos dos idosos que vivem sozinhos e geograficamente isolados, é natural que o isolamento leve a um progressivo sentimento de solidão. Perante isto, a reforma surge como um forte impulsionador destes dois fenómenos, uma vez que quando o indivíduo cessa funções profissionais várias são as consequências psicológicas e sociais que daí proveem, designadamente, a tendente perda de autoestima, a diminuição de condições económicas, a perda e afastamento de familiares e amigos, a progressiva perda de independência e autonomia (Freitas, 2011, p. 11).

Todos os fatores anteriormente enunciados conotam a faixa etária idosa como um grupo de especial vulnerabilidade e potenciam, conseqüentemente, o aumento do risco que lhes está associado. Ao longo do processo de envelhecimento são diversas as causas que podem estar na origem do sentimento de insegurança, caracterizado por Garofalo (1981, p. 840) como “uma reacção emocional caracterizada pelo sentimento de perigo e ansiedade produzido pela ameaça de um dano físico (...) alimentada por certas fragilidades percebidas no ambiente que se relacionam de alguma forma com o crime”. Mas essa insegurança tanto pode ser real e objetiva, como pode ser apenas subjetiva, não passando da maneira enviesada como, por vezes, os idosos percebem a realidade. Para Guinote (2006, p.36), “as circunstâncias que criam o medo estão dependentes das percepções, representações e vulnerabilidades de cada indivíduo, capazes de influir na leitura da ordem social que é feita e na avaliação do risco”. Quando falamos em sentimento de insegurança subjetivo, referimo-nos, por exemplo, à forma como os meios de comunicação social cada vez mais influenciam a vida e a percepção das pessoas. O facto de os idosos saberem que determinados crimes ocorrem, por vezes até em contextos semelhantes aos que eles vivem, fá-los pensar que, um dia, podem vir a ser eles as vítimas desses ou de outros crimes, mesmo que não tenham quaisquer razões iminentemente aparentes para que tal aconteça. Relativamente à insegurança objetiva dos idosos, esta pode advir da vitimação referente aos crimes que, efetivamente, são praticados contra eles.

O sentimento de insegurança aliado às fragilidades inerentes à condição de idoso, abrem janelas de oportunidade a indivíduos que se abstêm de quaisquer constrangimentos no que toca à prática de crimes contra estas pessoas especialmente vulneráveis. Assim, no âmbito da criminalidade objetiva, os idosos são normalmente mais propensos à vitimação por determinados crimes, nomeadamente, contra o património, contra a liberdade pessoal e contra a integridade física (PSP, s.d.a). De acordo com dados da Associação Portuguesa de

Apoio à Vítima (APAV), entre 2013 e 2017, foram ajudadas por esta associação 5.683 pessoas idosas sobre as quais foram praticados 10.740 crimes. Desse total de crimes participados, 8.561 foram referentes a VD, 1.595 estiveram relacionados com outros tipos de crime contra pessoas e 515 foram relativos a crimes contra o património (Diário de Notícias, 2018). Dentro da criminalidade patrimonial, os crimes mais perpetrados contra pessoas idosas são o furto, o roubo, a burla e a extorsão, tipificados no Código Penal (CP) Português nos artigos 203.º, 210.º, 217.º e 223.º, respetivamente. De entre os crimes contra a liberdade pessoal destacamos a ameaça, a coação e o sequestro como aqueles que são os crimes mais praticados contra idosos, os quais estão previstos no CP nos artigos 153.º, 154.º e 158.º, respetivamente. No que concerne aos crimes contra a integridade física, destacam-se os crimes de ofensa à integridade física, tipificados entre os artigos 143.º e 148.º do CP, e os crimes de VD e de maus-tratos, previstos no mesmo código nos artigos 152.º e 152.º-A, respetivamente.

Relativamente aos autores dos crimes contra idosos, designadamente nos casos de VD e de maus-tratos, são normalmente os filhos, cônjuges ou prestadores de cuidados que, segundo Reis e Nahmias (1998, cit. in Fundinho & Ferreira-Alves, 2019, p. 197), na maior parte dos casos, demonstram ter problemas de comportamento, problemas mentais e/ou emocionais, bem como ser financeiramente dependentes do idoso em questão. Nesse sentido, as tipologias de maus-tratos que mais frequentemente são perpetradas sobre pessoas idosas prendem-se com a violência física, sexual e psicológica/emocional, com a exploração financeira ou económica e com a negligência e abandono (APA, 2012; APAV, 2010; WHO & INPEA, 2002, cit. in Marques et. al, 2019, p. 64). Todas estas tipologias de maus-tratos encerram em si indicadores que podem ser observados através dos comportamentos dos próprios idosos vítimas, dos familiares ou dos prestadores de cuidados. Do total de indicadores referidos pela APAV (2010), foram selecionados apenas aqueles mais passíveis de serem detetados por parte dos agentes de proximidade (cfr. Apêndice A – Quadro 5).

1.4. Formação

A palavra formação pode comportar diversos significados consoante a forma e o contexto em que a mesma é aplicada. Em sentido lato e de acordo com o dicionário da língua portuguesa (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, s.d.), formação pode ser encarada como o “ato ou modo de formar ou construir algo”, contudo, em termos menos gerais, também outros sentidos da palavra podem ser analisados.

Do ponto de vista da educação, formação corresponde ao “modo como uma pessoa é criada”, bem como à “transmissão de conhecimentos, valores ou regras” ou ao “conjunto de valores morais e intelectuais” (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, s.d.) que o ser humano apreende ao longo da vida. Para Josso (1991, cit. in Miranda, 1993, p. 5), formação, na perspetiva do indivíduo que aprende e se forma, pode ser encarada “tanto como aprendizagem de competências e de conhecimentos, como enquanto processo de mudança, como ainda enquanto projecto de produção da própria vida e do seu sentido”. Numa perspetiva gramatical, formação relaciona-se com o “modo como se constitui uma palavra”, enquanto que no seio militar a mesma palavra pode significar um “conjunto dos elementos que constituem um corpo de tropas”, um “dispositivo de parada segundo o qual os meios (tropas, navios, aviões) se dispõem pela forma mais conveniente” ou até mesmo o “modo como as tropas, aviões ou navios se dispõem para o combate” (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, s.d.).

No sentido de estreitar o conceito ao significado que pretendemos que este configure no presente capítulo, sem prejuízo de eventuais outras conceções da palavra que poderiam ainda ser mencionados, analisar-se-á daqui em diante a formação do ponto de vista da instrução, isto é, na perspetiva profissional como o “conjunto de conhecimentos relativos a uma área científica ou exigidos para exercer uma atividade” (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, s.d.). Neste contexto, a formação pode ser encarada como “a chave impulsionadora para o desenvolvimento dos indivíduos a nível profissional e pessoal contribuindo de forma implícita para a melhoria do desempenho dos colaboradores numa organização e também para a sua valorização e realização pessoal” (Universidade de Lisboa, s.d.). De acordo com a mesma fonte, “a formação profissional surge como resposta para as organizações evoluírem e melhorarem as suas práticas, dotando-as de níveis superiores de competitividade”. Nesta senda, Chanfana et al. (2011), afirmam que “a formação profissional é responsável pela eficácia e pela eficiência das organizações na medida em que, ao incutir novos saberes e competências nos trabalhadores, a produção e a qualidade dos serviços aumentam”. Assim, assumindo que sem formação não há evolução, se não houver uma preocupação com a formação contínua dos funcionários de qualquer que seja a empresa ou instituição, não haverá lugar “a atualização e a aquisição de conhecimentos e competências imprescindíveis para o bom desempenho das suas funções” (Universidade de Lisboa, s.d.).

Segundo Chanfana et al. (2011), “a formação profissional possibilita a obtenção de dados de realização mais completos e uma melhor adaptação ao meio em que o sujeito se

encontra inserido, nomeadamente no plano socioprofissional”. De acordo com Cardim (2005, p. 158, cit. in Sampaio, 2009, p. 5), a formação profissional deve ser analisada de forma categorizada, começando pela “formação inicial, destinada a proporcionar o domínio de uma profissão qualificada, antes de iniciar a actividade (...), [passando progressivamente para] o aperfeiçoamento profissional dirigido ao incremento de qualificações pessoais e profissionais daqueles já em actividade”.

Neste sentido, ao abordar a temática da formação, não seria possível não explanar as modalidades que a compõem, cuja relevância reside no facto de serem “tipologias de organização da formação definidas em função de características específicas, nomeadamente objetivos, destinatários, estrutura, curriculum, metodologia e duração” (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, s.d.).

Segundo o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP, s.d.), são modalidades da formação: a formação inicial e a formação contínua. Conforme enuncia o IEFP (s.d.), formação inicial “visa a aquisição de capacidades/competências adequadas para o exercício de uma determinada actividade profissional”. Em tom de reforço, Silva (2005, p. 2077) define formação inicial como sendo a “condição de acesso e sucesso ao trabalho/emprego que lhes possibilite a concretização do projecto que representam como ideal de realização pessoal e profissional (...) [sendo], contudo, permeável às condições do mercado que condiciona aquele acesso/sucesso antecipado e idealmente construído”. Por forma a garantir um melhor e mais claro entendimento relativamente ao conceito de formação contínua que nos é dado pelo IEFP, este subdivide ainda esta modalidade de formação pelas seguintes: formação de qualificação, “que visa a aquisição de capacidades/competências adequadas para o desempenho de uma determinada actividade profissional ou função”; formação de aperfeiçoamento, “que visa melhorar e complementar as competências previamente adquiridas no desempenho de um determinado cargo”; formação de especialização, “que visa a aquisição de saberes numa dada área ou função específicas, pressupondo a existência de uma qualificação prévia”; e formação de reciclagem ou atualização, “que visa a actualização ou reaquisição dos conhecimentos, competências ou atitudes, no desempenho da actividade profissional, seja por questões de evolução tecnológica ou de procedimentos” (IEFP, s.d.). Pode ser também encarada como modalidade de formação contínua a formação de formadores, a qual tem como principal objetivo dotar os formandos das competências necessárias para que estes possam, posteriormente, vir a desempenhar, em contexto de formação, o papel de formadores.

Outro tipo de formação existente, e cuja menção se constitui extremamente relevante para a presente investigação, denomina-se andragogia, podendo ser um método utilizado na formação dos polícias no sentido de facilitar a aprendizagem, não exclusivamente, mas também no que respeita à filosofia do PP. Este tipo de formação consiste na transferência de responsabilidade e de poder do professor/formador para o aluno, por forma a dar-lhe possibilidade de partilhar as suas experiências e de o dotar de uma maior autonomia, interação e capacidade de decisão (Sousa, 2009, p. 338).

Após analisadas as modalidades da formação, afigura-se de igual relevância a menção das formas de organização da formação. Assim sendo, o IEFP (s.d.) enuncia como formas de organização da formação: a formação presencial, desenvolvida em sala, permitindo uma constante interação entre formando/formador; a formação em contexto de trabalho, desenvolvida no próprio local de trabalho, privilegiando métodos de simulação e treino; a formação em alternância, alternando entre a formação presencial e a formação em contexto de trabalho; e a formação à distância. Relativamente ao conceito de formação à distância, este surge enquadrado no artigo 2.º, n.º 1, do Despacho nº 17035/2001, de 14 de agosto, emanado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, como sendo um método de formação caracterizado por uma intervenção presencial reduzida, por parte do formador, no qual são utilizados, em compensação, diversos materiais didáticos, por forma a facilitar a aquisição de conhecimentos e a avaliação do formando.

II – A FORMAÇÃO NO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

2.1. Os Modelos de Polícia e de Policiamento na Europa e no Mundo

Ao longo dos últimos dois séculos, têm surgido alguns modelos de Polícia e de policiamento, tanto à escala mundial, como à escala europeia, e que se desenvolveram de diferentes formas, procurando prosseguir objetivos próprios e distintos dos demais, tendo em conta o contexto em que emergiram e o propósito para o qual foram criados.

Neste sentido, salientamos três importantes fases, cujas características se espelhavam nos contextos político e social de cada uma das eras. Em primeiro lugar surgiu a era política do policiamento, assim designada atendendo aos estreitos laços que existiam entre a Polícia e a política (Kelling & Moore, 1988, p. 2), onde as Polícias encontravam legitimação na política e na lei, apostando essencialmente no patrulhamento apeado e almejando resultados que traduzissem a satisfação das populações com o poder político (Elias, 2018, p. 113).

Em resposta à corrupção que se fazia sentir durante a fase política, surge o modelo profissional que vem implementar uma reforma assente em princípios como a imparcialidade no exercício das funções de serviço público e a extinção da influência do poder político na gestão organizacional das polícias (Trojanowicz et al., 1998; Kelling & Moore, 1988). A era profissional ficou então marcada pela legitimação da Polícia na lei e no profissionalismo, passando, essencialmente, pela adoção do patrulhamento, auto e apeado, com o objetivo de zelar pela ordem pública, através do controlo da criminalidade (Elias, 2018; Kelling & Moore, 1988), tentando prevenir, fundamentalmente, a criminalidade violenta, que se constitui como o principal foco da ação policial (Ribeiro, 2014, p. 279). Analisando os modelos de policiamento tradicionais de muitas partes do mundo, nomeadamente, América do Norte, Oceânia e Europa, no qual se pode inserir o modelo de policiamento profissional, verifica-se que, maioritariamente, se materializavam na resposta às ocorrências para as quais eram solicitados, bem como para a manutenção da ordem pública, deixando de lado a vertente da prevenção, levando muitos críticos a pensar que essas metodologias de trabalho não seriam as mais indicadas para dar resposta às necessidades e aos anseios da população, mas que, pelo contrário, potenciavam o aumento progressivo dos problemas das comunidades (Elias, 2018, pp.114-115).

Posto isto, emerge a era comunitária, na qual a Polícia legitimava a sua ação suportando-se na comunidade, na lei e no profissionalismo também, dando prioridade à

patrulha a pé, procurando resolver os problemas dos cidadãos, bem como garantir a satisfação e a qualidade de vida dos mesmos (Elias, 2018, pp.113-114). A crescente aproximação da Polícia às comunidades, através, essencialmente, do patrulhamento a pé, começou a demonstrar-se bastante mais viável por diversas razões, designadamente, a redução do medo e o consequente fortalecimento do sentimento de segurança no seio das comunidades que, por sua vez, propiciam a melhoria substancial da confiança, da aceitação e das atitudes por parte dos cidadãos para com a Polícia (Trojanowicz & Bucqueroux, 1982, cit. in Elias, 2018, pp. 116-117). Também William Bratton, *Police Commissioner* do *New York Police Department*, acreditava “que os modelos de policiamento comunitário, devidamente orientados para a resolução dos problemas da comunidade e apoiados em parcerias, contribuiriam decisivamente para a prevenção criminal e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos” (Lucas, 2007, p. 540).

De entre os vários tipos ou modelos de policiamento que entretanto surgiram, bem como os programas que, no âmbito dos mesmos, foram criados, nomeadamente, a teoria das janelas quebradas (*broken windows*), o programa tolerância zero, o policiamento orientado para os problemas, o policiamento de pontos quentes (*hot spots*), e o PC ou PP (Elias, 2018), é de destacar este último por ser o mais relevante para o presente estudo. Mas importa, antes de mais, referir a diferença entre modelos de Polícia e modelos de policiamento. Se, por um lado, a designação “modelo de Polícia” está relacionada com a forma como as Polícias se organizam, por outro lado, a expressão “modelo de policiamento” refere-se à maneira como cada uma dessas Polícias leva a cabo o policiamento.

O modelo de Polícia napoleónico, herdado do Império Napoleónico desde o século XIX, é característico dos países Sul-europeus de influência francófona, como França, Itália, Espanha e Portugal (Elias, 2018, p. 129). A nível organizacional, este modelo caracteriza-se por ser um modelo centralizado, onde “o comando hierárquico emana directamente do poder central” (Oliveira, 2006, p. 100) e comporta uma estrutura dualista, isto é, duas Polícias. Uma, pelo seu cariz militar, é tutelada pelo Ministério da Defesa, ou duplamente por este e pelo Ministério do Interior, tendo como área de jurisdição as zonas rurais e as cidades de menor dimensão. A outra, de cariz civil, é tutelada pelo Ministério do Interior e tem sob a sua responsabilidade as zonas urbanas, nomeadamente, as grandes cidades (Elias, 2018; Gomes, 2001; Oliveira, 2006). No sentido de melhor ilustrar a estrutura organizacional das Polícias supramencionadas, podemos referir que: a França tem, como força policial civil dependente do Ministério do Interior, a *Police Nationale* e, como força policial militar dependente do Ministério da Defesa, a *Gendarmerie Nationale*; no caso da Itália existe,

enquanto Polícia civil, a *Polizia di Stato* e, enquanto Polícia militar, a *Arma dei Carabinieri*; em Espanha, a força policial civil é o *Cuerpo Nacional de Policía* e a força policial de cariz militar é a *Guardia Civil*; e no caso português existe, como Polícia de natureza civil, a PSP e, como Polícia de índole militar, a Guarda Nacional Republicana. Muito embora se possa considerar que o nosso país tenha um sistema de organização policial dual à luz das características anteriormente enunciadas, isto é, por ter duas Polícias integrais, “Portugal é um caso atípico, na medida em que está longe de poder ser considerado um sistema dual, mas sim pluralista, atendendo à multiplicidade de forças e serviços de segurança” (Elias, 2018, p. 161).

No que respeita ao modelo de Polícia nacional, este é considerado um sistema policial monista, atendendo à particularidade de que apenas uma força policial tem a competência da totalidade do território (Monet, 2006, p. 81), logo, “as estruturas policiais são centralizadas, [e] os responsáveis policiais dispõem de uma larga autonomia operacional face aos políticos” (Oliveira, 2006, p. 99). Este modelo predomina nos países do Norte da Europa, como é o caso da Suécia, da Dinamarca, da Finlândia e da Irlanda (Elias, 2018, pp. 128-129), onde as Polícias únicas para todo o território são, respetivamente, a *Polisen*, a *Politiet*, a *Poliisi* e a *Garda Síochána na hÉireann*. Neste modelo assiste-se a uma única organização, a qual depende apenas de um único Diretor Nacional de Polícia que, por sua vez, está na direta dependência da autoridade política, representada na pessoa do Ministro do Interior ou da Justiça (Gomes, 2001, p. 1).

Relativamente ao modelo de Polícia descentralizado, importa, em primeiro lugar, referir que este é um modelo característico de países com raiz anglo-saxónica, como é o caso do Reino Unido, da Alemanha e da Holanda (Elias, 2018, p. 128). Neste modelo, verificamos a existência de uma multiplicidade de Polícias, as quais gozam de autonomia no que concerne às questões relacionadas com o recrutamento, a tomada de decisão e a responsabilidade, contudo a sua competência territorial acaba por se limitar a áreas geográficas algo restritas (Gomes, 2001, p. 1). No caso específico do Reino Unido, o sistema organizacional das diversas Polícias baseia-se nas regiões definidas pelos condados e pelas metrópoles, como é o exemplo da *Metropolitan Police of London* (Elias, 2018, p. 128). Segundo Gomes (2001, p. 1), este modelo pode ser dividido em dois subgrupos, cujas conceções organizacionais diferem de um para o outro. Por um lado, temos um modelo com a designação de anglo-holandês, que vai ao encontro do exemplo exposto anteriormente, isto é, que consiste na existência de uma Polícia regional ou provincial para cada região ou província, dependentes do Ministério do Interior respetivo, mas que têm um certo grau de

autonomia. Por outro lado, temos um modelo com a denominação de americano-germânico, que concebe a existência de Polícias estaduais, isto é, uma Polícia por cada Estado Federado ou *land*, cuja autonomia é bastante mais significativa comparativamente à do modelo anglo-holandês.

Descritas as características organizacionais de cada modelo de Polícia, passa-se agora a caracterizar os modelos de policiamento. Assim sendo, as forças policiais dos modelos napoleónico e nacional desenvolvem um tipo de policiamento mais reativo, estritamente baseado na aplicação da Lei, ao passo que as Polícias do modelo descentralizado policiam com base na proatividade. Para além disso, enquanto que os modelos napoleónico e nacional têm como cliente o Estado e fomentam uma cultura de mentalidade fechada e grande distanciamento da população, no modelo descentralizado o cliente em prol do qual é desenvolvido o serviço policial é o cidadão e, portanto, existe uma mentalidade aberta no que toca a ligações mais diretas com os cidadãos e com eventuais parceiros institucionais (Gomes, 2001, p. 1). Face ao exposto, é possível concluir que, também neste aspeto, Portugal é exceção, atendendo ao facto de que, embora esteja organizado conforme o modelo de Polícia napoleónico, desenvolve um policiamento cada vez mais próximo do cidadão.

Independentemente dos aspetos identitários de cada modelo, face à realidade mundana contemporânea, as Polícias não se querem nem demasiado reativas, nem excessivamente preventivas, isto é, optando por uma das vertentes em detrimento de outra. Em vez disso, é necessário que haja um esforço pela manutenção de um equilíbrio entre a repressão e a prevenção (Oliveira, 2006, p. 113).

Cada vez mais, ainda que se verifique mais nalguns modelos do que noutros, o conceito de proximidade é uma componente transversal a praticamente todas as realidades policiais do mundo atual, pelo que devem ser priorizadas a melhoria do serviço policial que é prestado ao cidadão, bem como a gestão de recursos, no sentido de valorizar a motivação do pessoal e apostar na formação e na qualidade de atendimento (Gomes, 2001, p. 1).

2.2. O Modelo de Policiamento de Proximidade em Portugal

Em Portugal, os objetivos que o PP pretende prosseguir não diferem muito da realidade de alguns países europeus, como foi possível verificar no subcapítulo anterior. Assim, o PP encontra pertinência e justificação no incessante propósito preventivo que se constitui como a principal missão da PSP. Segundo Oliveira (2006, p.79), pode-se definir

prevenção “como o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infracções (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências)”. Muito embora a ação policial comporte também a componente repressiva, necessariamente oposta à prevenção, “prevenir é segurar: a segurança começa na prevenção: a acção policial é (sobretudo) preventiva” (Clemente, 2010, p. 143). Ora, se “a importância que é dada à segurança [se] justifica (...) pelo facto de esta ser uma das mais importantes necessidades humanas, considerada inclusive como condição essencial para a vida em sociedade” (Matos, 2013, p. 6), acresce a necessidade de se “estreitar os laços entre a população e a polícia, [e de] contribuir para uma relação mais humana, aberta e, consequentemente, com um impacto directo na imagem da instituição que visa prestar aos seus clientes um serviço de qualidade” (Poiares, 2005, p. 65). Demonstrar ao cidadão que a Polícia está perto, para além de atenuar o sentimento de insegurança que existe, ainda que muitas vezes seja apenas subjetivo, não deixa de ser “uma forma de chegar mais próximo de potenciais informadores e de ter, consequentemente, mais informação para agir sobre a realidade” (Durão, 2008, p.139).

No sentido de tentar colmatar ou, pelo menos, diminuir o sentimento de insegurança na sociedade portuguesa e, particularmente, em zonas onde o registo de ocorrências criminais é maior e onde, por conseguinte, o medo que daí advém toma proporções ainda mais severas, a Direção Nacional (DN) da PSP cria, em 2006, o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), através da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio. Este documento “operacionalizou os objectivos definidos no Programa do Governo e sistematizou mecanismos de articulação entre as valências de prevenção da criminalidade e policiamento proximidade e as valências de ordem pública, investigação criminal e informações policiais” (PSP, s.d.b). Com a implementação do PIPP, “pela primeira vez se falava numa orientação do policiamento para o público, aliada a uma atitude marcadamente mais civilista nas polícias” (Durão, 2012, p. 103). Em 2010, o PIPP passa a ter a designação de Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), através da Ordem de Operações n.º 4822, de 12 de julho, da DN PSP.

Em tom de reforço da importância crescente do PP em Portugal, ainda antes da sua concretização no MIPP, o Diretor Nacional da PSP, em 2002, proferiu, na sua tomada de posse, as seguintes palavras:

Impõe-se uma crescente visibilidade da polícia, uma política de proximidade com os cidadãos, especialmente com os mais fragilizados, seja em razão da sua idade,

seja das condições especiais em que vivem, trabalham ou estudam. Impõe-se devolver a polícia à cidade, ao bairro, à rua, sendo certo que qualquer política de proximidade estará condenada ao fracasso sem o indispensável envolvimento das comunidades locais e, em geral, da comunidade civil. (Revista Polícia Portuguesa, cit. in Poiares, 2013, p. 62).

Mas já antes da criação do PIPP e da sua passagem de denominação para MIPP, existiam, de forma isolada e pouco organizada, os programas especiais que hoje estão integrados nas referidas equipas deste modelo de policiamento. Dos programas que têm vindo a ser implementados, destacam-se o Programa Escola Segura (PES), o Programa Comércio Seguro e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança.

O PIPP trouxe a criação de equipas mais especializadas e dirigidas a grupos ainda mais específicos, às quais foram dadas a designação de Equipas do Programa Escola Segura (EPES) e Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), com o objetivo de recentrar “a importância dos agentes na Polícia e dos objetivos específicos de um trabalho que à partida não deveria ser aleatório, como era na patrulha, mas sim dirigido para determinados fins, com a ajuda dos cidadãos” (Durão, 2012, p. 117). Das EPES faz parte o PES, originalmente criado em 1992 através do protocolo celebrado entre o Ministério da Administração Interna (MAI) e o Ministério da Educação (PSP, s.d.c). Este programa tem por missão a garantia da “segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil, detecção de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e pela detecção de cifras negras no seio das comunidades escolares”³. Às EPAV pertencem o Programa Comércio Seguro, o Programa Significativo Azul e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, assim como a prevenção da VD e, essencialmente, o apoio à vítima e o acompanhamento pós-vitimação⁴. O Programa Comércio Seguro privilegia o contacto entre as forças de segurança e os comerciantes, em prol da segurança e proteção deste grupo profissional (Oliveira, 2006, p. 301) e a vigilância das áreas comerciais⁵. O Programa Significativo Azul, em desenvolvimento desde 6 de setembro de 2013, “suruiu como resultado da convergência de interesses institucionais em torno de um grupo

³ Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, da DN PSP.

⁴ *Idem.*

⁵ *Idem.*

classificado como especialmente vulnerável – o das pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência, visando contribuir para a sua segurança e dos que com elas interagem” (PSP, s.d.d). O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, ao qual o presente estudo dá destaque, será melhor explicado no subcapítulo seguinte.

De acordo com Durão (2012, pp. 128-129), “através da criação de programas e equipas, o PP não deixa de fazer aproximações sucessivas à sociedade, mas o fim é *levar o Estado e os polícias aos cidadãos e não o inverso*”. O PP em Portugal veio potenciar o fortalecimento das relações entre a Polícia e o cidadão, visando “o combate aos fenómenos criminais geradores de alarme social, a promoção da cidadania e da segurança da comunidade, destinada ao público cujas características, necessidades e vulnerabilidades, necessitam de atenção por parte da polícia” (Fernandes, 2015, p. 36). Para Elias (2018, pp.131-132) “o PIPP nasceu da necessidade (...) [de] adaptar os recursos humanos e materiais existentes, visando aumentar a capacidade de intervenção e criar uma malha policial que corresponda às necessidades percecionadas pelos cidadãos e pelos polícias”. Segundo estudos levados a cabo no terreno por Durão (2008, p.102), desde 1995 que as esquadras têm apostado na implementação de uma filosofia baseada, sobretudo, na visibilidade e na proximidade, fomentando um policiamento mais ativo junto da comunidade, já que “a opinião pública portuguesa rejeita o acto incívico e espera que as Forças de Segurança sejam primordialmente polícias cívicas preventivas em detrimento do papel de quase polícias judiciais repressivas” (Clemente, 2000, p. 37).

Para além da aproximação da Polícia ao cidadão através da intensificação do MIPP e dos programas que este contempla, o PP em Portugal desenvolve também bastante proximidade com entidades externas com as quais a PSP estabelece parcerias, fundamentalmente, no âmbito dos referidos programas especiais. “O futuro está assim no trabalho em rede, na proactividade, nas parcerias público-público e público-privado, na co-produção de segurança, na melhoria dos índices de eficiência e de eficácia e de qualidade do serviço público prestado ao cidadão” (Elias, 2007a, p. 30). Quanto mais próxima estiver a Polícia do cidadão, mais facilmente se gera informação interpessoal que não seria possível de outra forma a não ser através da aproximação no policiamento (Durão, 2008, p.142), e é com base nestas premissas que o PP se tem desenvolvido, cada vez mais sedimentado e ramificado, no nosso país.

2.3. Proximidade Policial e Apoio a Idosos

De acordo com o disposto no artigo 8.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 96/2017 de 23 de agosto, que versa sobre o PP e os programas especiais, “as Forças e os Serviços de Segurança desenvolvem, em especial, policiamento de proximidade e programas especiais de polícia destinados a prevenir a criminalidade, designadamente: a) contra pessoas idosas, crianças e outras vítimas especialmente vulneráveis”.

A proximidade e apoio a idosos na PSP ganhou, assim, destaque a partir da implementação do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança no ano de 1996, através do Despacho do MAI n.º 54/96, de 21 de outubro (Matos, 2013, p. 40). Contudo, só no ano seguinte tiveram início as primeiras experiências, em contexto de fase-piloto, implementadas em locais específicos e dirigidas a idosos com idade superior a 65 anos. Este programa destinou-se “desde o início às populações mais envelhecidas, as quais apresentam vulnerabilidades que levam a um elevado sentimento de insegurança e consequências pessoais graves, apesar de não ser entre os grupos de risco o que maiores índices de vitimação apresentam” (Simão, 2006, pp. 14-15).

Este programa visa a garantia da segurança e da tranquilidade dos idosos, apostando na prevenção de situações de risco em que estes possam estar envolvidos, bem como promovendo o conhecimento das iniciativas e do trabalho levado a cabo pelas FS junto desta população, através do patrulhamento, de ações de sensibilização e da criação de contactos diretos entre a Polícia e os idosos (Oliveira, 2001, p. 24). Embora o sentimento de insegurança seja, muitas vezes, apenas uma perceção criada com base, por exemplo, nos factos que são narrados de forma hiperbolizada pelos meios de comunicação social, o trabalho da PSP através das EPAV passa, em primeiro lugar, por minimizar ao máximo esse sentimento que, inevitavelmente, se constitui característica de grande parte da população idosa e, concomitantemente, pela prestação de um apoio adequado às reais necessidades dos idosos, tanto ao nível das visitas domiciliárias, como no que respeita a acompanhamentos durante deslocações em cujo risco associado possa ser maior (Poiares, 2013, p. 64).

Devido ao elevado número de óbitos registados, em 2011, relativos a idosos que, maioritariamente, viviam isolados e que não chegaram a ter assistência médica nem, aparentemente, tinham acompanhamento da PSP, surge, em 2012, a Diretiva Operacional n.º 10/2012, de 24 de maio, com o propósito de implementar o projeto “A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos”. Nesse ano, em que se assinalou o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, a PSP não ficou alheia à premente

necessidade de se criar melhores condições para as pessoas idosas, no sentido de prevenir a exclusão social e de os integrar na sociedade⁶. Assim, esta Diretiva Operacional veio intensificar a importância de se fazer um levantamento do número de idosos em risco na área de jurisdição da PSP, de se localizar aqueles que vivem sozinhos ou apenas na companhia de outros idosos, para que, após detetadas situações efetivas de risco, se possa sinalizar e encaminhar essas pessoas para instituições de apoio social (PSP, s.d.a). Neste projeto são novamente realçadas duas medidas que o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança já havia implementado, designadamente, a realização de atividades lúdicas e pedagógicas, como ações de sensibilização, com o intuito de aconselhar os idosos para a segurança e de os integrar na sociedade, e a intensificação do PP nas áreas com maior índice de criminalidade registada contra o público idoso, bem como nas suas zonas habitacionais e junto das áreas que normalmente frequentam⁷. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2018, foram, no âmbito deste projeto, sinalizados 1.504 idosos e empenhados 545 elementos.

Pretende-se, assim, com os programas específicos de PP, “estreitar os laços entre a população e a polícia, contribuir para uma relação mais humana, aberta e, consequentemente, com um impacto directo na imagem da instituição que visa prestar aos seus clientes um serviço de qualidade” (Poiares, 2005, p. 65). No âmbito das EPAV e, especificamente, do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, um dos papéis da Polícia é fazer com que os idosos sintam o apoio das FS, já que, em muitos casos, não o têm por parte da família. Este apoio, consequentemente, origina uma relação de confiança que, por sua vez, propicia a diminuição do número de cifras negras (Miranda, 2013, pp. 19-20). A proximidade entre polícia-cidadão através deste programa é, efetivamente, maior, contudo “esse não é o fim último desta nova metodologia, mas antes a melhoria das condições de vida das pessoas e, consequentemente, a diminuição de atos criminosos, através de uma ação preventiva, [e] de um trabalho de consciencialização (...) dos idosos” (Poiares, 2013, p. 65). Esse trabalho de consciencialização acaba por ser mais fácil de alcançar através do desenvolvimento de iniciativas como encontros com a comunidade, palestras em lares de idosos ou outros locais onde essas pessoas habitualmente se reúnam (Elias, 2018, p.139).

De acordo com a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025, emanada pela Direção-Geral da Saúde, deve ser promovida a criação de ambientes físicos em prol da garantia da segurança dos idosos, sendo da responsabilidade de

⁶ Decisão n.º 940/2011/EU, de 14 de setembro de 2011, do Parlamento Europeu e do Conselho.

⁷ Diretiva Operacional n.º 10/2012, de 24 de maio, da DN PSP.

algumas entidades, nomeadamente, da PSP medidas no sentido de: incentivar a adoção de boas acessibilidades e de boas práticas de segurança na edificação de estruturas, tornando os ambientes mais “amigos” dos idosos; promover a realização de ações de sensibilização dirigidas ao público idoso e respetivos cuidadores, relacionadas com a prevenção do crime, bem como com a proteção e o apoio que deve ser prestado a estas pessoas em situações reais de ocorrência de crime. No que concerne à fase de identificação, sinalização e suporte em situação de vulnerabilidade, cabe também à PSP, de acordo com o supramencionado documento estratégico, o reforço das medidas de segurança e de prevenção respeitantes à circulação das pessoas idosas na via pública.

Em 2018, a DN PSP emana a Diretiva Operacional n.º 75/2018, de 18 de setembro, inspirando-se na comemoração do Dia Internacional do Idoso que se festeja no dia 1 de outubro, desde que foi instituído pela ONU em 1991. A missão desta diretiva consistiu na realização de atividades, ações e contactos diretos junto dos idosos, durante o período de 24 a 28 de setembro de 2018, no sentido de potenciar o aumento do sentimento de segurança e da confiança na Polícia por parte deste grupo etário.

A criação de parcerias, no âmbito do MIPP, é fundamental, tendo em conta que após estabelecidos contactos uma vez com determinadas entidades, essas próprias entidades tendem a requerer a presença da PSP para efetivar iniciativas que as mesmas promovem. As parcerias pretendem, assim, facilitar e melhorar a comunicação entre os idosos e as FS, através dos contactos individuais e da criação de sistemas de chamadas diretas não só para a Polícia, como também para os hospitais e para os bombeiros da área de residência desses idosos. Estas medidas surgem com o objetivo primordial de diminuir a distância entre a Polícia e o idoso, tendo em conta que um dos problemas que visivelmente mais afeta a população idosa é o isolamento em que grande parte vive (Miranda, 2013, p. 20).

O desempenho de funções nas EPAV requer, necessariamente, ao agente uma proximidade acrescida à população e aos seus problemas. Não se pode esquecer que o agente de proximidade é um polícia que, por estabelecer uma relação mais próxima com a comunidade, “detém um acesso privilegiado a informações que lhe permite uma acção mais célere, efectiva e visível, desempenhando assim um número de funções que não são tradicionalmente atribuídas à polícia” (Lisboa e Dias, 2008, p. 5). A aproximação da Polícia à comunidade, e a visibilidade que daí advém, promove ainda o reforço da “legitimidade da instituição policial (...) [e da] confiança nos agentes da polícia” (Lourenço, 2012, p. 186), que são a base do estabelecimento de uma proximidade securitária mais fácil e efetiva entre o polícia e, neste caso, o idoso. Segundo Rocha (2012, p. 21), “os princípios fundamentais

para as técnicas de proximidade consistem na comunicação dinâmica, [na] gestão participativa e [na] motivação dos profissionais”, que, quando bem consolidados, acabam por se traduzir em benefícios dos quais ambas as partes (polícia e cidadão) tiram proveito.

Nesta senda, a aproximação à comunidade é um trabalho que requer motivação e iniciativa dos polícias de proximidade, ainda mais quando se está perante um público idoso, com propensão para a solidão e o isolamento, pois estas “são realidades que diariamente têm de ser enfrentadas por aqueles que lidam de perto com as dificuldades e os sonhos das pessoas” (Poiares, 2005, p. 63). Na maior parte dos casos, os idosos não procuram ajuda nem apresentam queixa quando são vítimas de qualquer tipo de crime, principalmente quando perpetrado por familiares, pelo que é nesse sentido que se torna absolutamente relevante a atuação da Polícia tão próxima quanto possível desta faixa etária. É fundamental que o agente de proximidade tenha noção de como deve abordar um idoso vítima de VD ou de outro tipo de crime, sabendo adaptar a utilização da linguagem à pessoa que tem à frente e proporcionando um ambiente de abertura ao diálogo favorável à partilha de informações detalhadas que são, muitas vezes, chocantes e sensíveis (MAI, 2013, p. 78).

No entanto, se por um lado existem idosos que não querem ajuda perante as situações de maior dificuldade que enfrentam, por outro lado existem aqueles cuja opinião em relação à atuação policial é bastante peculiar, isto porque, para além de esperarem o que todos os cidadãos esperam da Polícia, que é a garantia da segurança e a prevenção da criminalidade, este grupo etário pretende que a atuação policial vá para além disso e contemple também a vertente de “apoio social” (Costa, 2002, p. 32). Devido ao facto de os idosos serem considerados um grupo populacional de particular vulnerabilidade, em 2006 foi regulamentada a rede social através do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho. A rede social consubstancia-se, assim, numa plataforma que articula diferentes parceiros públicos e privados, tendo por base o planeamento social ao nível local. Muitos estudos salientam a importância do apoio social como fator de grande influência na estabilidade mental e melhoria dos efeitos do stress, de desordens emocionais e de perturbações do foro psicológico, demonstrando que o papel desempenhado pelas redes de apoio social tem um peso preponderante na promoção do bem-estar dos idosos (Mesquita, 2011, p. 6).

Não obstante, num trabalho desenvolvido em rede é suposto que cada instituição saiba qual o seu lugar, tendo presente como e em que circunstâncias deve atuar, não se pretendendo que sejam confundidas nem sobrepostas funções. Nesta linha de pensamento, em 2002, o então Diretor Nacional da PSP expôs no discurso de tomada de posse que “este modelo de proximidade não pode traduzir quaisquer equívocos ao nível da linha de

demarcação existente entre as funções do profissional da polícia e as do assistente social” (Revista Polícia Portuguesa, cit. in Poiares, 2013, p. 62). Em tom de reforço desta ideia, Guinote (2013, p. 134) destaca que, com a implementação do PP em Portugal, “o cariz assistencial parecia ser recuperado pela instituição policial após século e meio de distanciamento, mas agora sem deixar de clarificar quais os papéis que cabiam às Polícias e quais os contributos a requerer às restantes instituições”. Para Poiares (2005, p. 7) “não há (...) qualquer dúvida que as principais tarefas e públicos dos assistentes sociais acabam, de certa forma, por apresentar algumas *manchas* de cruzamento com aquilo que são as competências desenvolvidas pela Polícia na senda do policiamento de proximidade”, querendo com isso referir-se à colaboração inevitavelmente existente entre a Polícia e outros profissionais no que toca à promoção da melhoria das condições de saúde e higiene, bem como da qualidade do serviço prestado em prol do bem-estar da terceira idade.

Assim, sendo a Polícia, normalmente, a primeira entidade a contactar com os idosos que, muitas vezes, se apresentam em especial estado de vulnerabilidade, os polícias devem estar cientes do tipo de intervenção a prestar, bem como a que instituições recorrer no sentido de conceder ao idoso o serviço mais adequado às suas necessidades. Como tal, querem-se polícias capacitados para atuar neste tipo de cenários delicados, para os quais nos questionamos se, efetivamente, esses elementos estarão preparados, no sentido de desempenhar, o melhor possível, funções de apoio e estabilização psicoemocional a essas pessoas, num primeiro momento.

2.4. A Formação na PSP

No caso concreto da Polícia de Segurança Pública (...), a formação é primordial.
(Chanfana et al., 2011)

No âmbito profissional, todos os elementos com funções policiais da PSP são abrangidos pela Norma de Execução Permanente N.º RH/DEPFORM/01/01 e pelo Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, alterado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Estatuto Profissional do pessoal com funções policiais da PSP. Ao abrigo deste estatuto:

Tendo em vista valorizar o papel e o estatuto da PSP e assegurar que as funções dos polícias são desempenhadas de forma adequada, é fixado um número mínimo de horas de formação a frequentar por todos os polícias, procurando-se, assim, assegurar que, em relação às matérias relevantes para o desempenho da função, todos os polícias recebem, anualmente, formação atualizada e adequada à categoria em que se encontram.

Neste sentido, o artigo 3.º do referido estatuto fixa o vínculo de todo e qualquer polícia da PSP à formação específica para a qual for nomeado, e o n.º 1 do artigo 10.º do mesmo diploma legal, refere como dever profissional dos polícias desta instituição a utilização e desenvolvimento permanente da “sua aptidão, competência e formação profissional”. O n.º 1 do artigo 121.º do supramencionado estatuto define como formação policial o processo “através do qual os polícias adquirem e desenvolvem capacidades e competências para o exercício da sua atividade profissional, e do qual resulta a adoção de atitudes e comportamentos adequados e adaptados aos conteúdos funcionais das respetivas categorias”. De acordo com o disposto no n.º 4 do mesmo artigo, a formação policial abrange cursos de formação inicial, cursos de promoção, cursos de especialização, e cursos de atualização, também designados por formação contínua.

O modelo de formação inicial do MAI define que “o agente policial terá obrigatoriamente de possuir um conjunto de capacidades e competências que o tornem capaz de fazer face a todo o tipo de interações sociais” (MAI, 1998, p.27). Nessa medida, a PSP possui como estabelecimentos de ensino o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI)⁸ e a Escola Prática de Polícia (EPP)⁹, os quais, “para além de ministrarem a formação inicial dos Oficiais, Chefes e Agente[s] de Polícia, são responsáveis pela formação contínua dos elementos pertencentes à instituição” (Chanfana et al., 2011), bem como pelos referidos cursos de promoção que não são mais do que janelas de oportunidade à progressão na carreira policial e ao exercício de novas funções. Neves (2006, p.87) salienta também a importância da “formação contínua de todo o pessoal das forças de segurança numa perspectiva de dar resposta às novas necessidades sociais e às carreiras dos seus elementos, actualizando-lhes e ampliando-lhes os conhecimentos de base”.

⁸ Estabelecimento responsável pelo ensino superior policial, para Oficiais de Polícia.

⁹ Estabelecimento responsável pela formação técnico-policial, para Chefes e Agentes de Polícia.

Para além da pertinência subjacente à formação policial contínua, por se revelar “adequada às capacidades individuais e aos interesses do serviço”¹⁰, também as restantes vertentes da formação policial se afiguram relevantes para a promoção do conhecimento e da motivação dos polícias, no sentido de fazer com que estes se sintam mais capazes para desempenhar melhor as suas funções profissionais.

Segundo Chanfana et al. (2011), a importância da formação na PSP encontra justificação no facto de que se trata “de uma instituição com a nobre missão de proporcionar e garantir a segurança dos cidadãos, o que significa que, continuamente, tem que oferecer um serviço de qualidade, condição basilar para a garantia dos direitos fundamentais de qualquer cidadão”. Para que a prestação do serviço policial possa ser efetuada da forma mais correta e adequada possível, os polícias devem ser dotados das competências necessárias ao exercício das suas funções, tal como consta do artigo 121.º, n.º 5, do Estatuto Profissional do pessoal com funções policiais da PSP, que refere que “os polícias têm direito a frequentar ações de formação relacionadas com as funções que exercem, de forma a garantir a permanente valorização e aperfeiçoamento profissionais”.

Não obstante as demais vertentes da formação profissional na PSP, a que mais se relaciona com a presente investigação é a formação específica, na qual estão também integrados os cursos de especialização. Estes cursos podem referir-se aos que são ministrados na Unidade Especial de Polícia, com vista à especialização para cada uma das suas cinco subunidades operacionais¹¹, bem como aos que são promovidos pelos Núcleos de Formação dos Comandos da PSP, no âmbito das valências específicas desta instituição, como por exemplo, Investigação Criminal, Trânsito, entre outras. Mas não esqueçamos os vetores da prevenção e da proximidade, nos quais tem havido uma aposta crescente face às mutações sociais do mundo contemporâneo. Elias (2018, pp. 162-163), salienta como fator inovador dos modelos de PP, em comparação com os desígnios tradicionais, o investimento na formação dos polícias, com vista ao reforço das suas competências. Nesta senda, o mesmo autor menciona também que “o PIPP apostou e aposta ainda na formação específica dos polícias afetos a funções de proximidade (equipas de apoio à vítima – EPAV e equipas do programa escola segura – EPES)” (Elias, 2018, pp.131-132).

Atualmente, no que diz respeito aos conteúdos da formação inicial dos Agentes, as matérias sobre idosos ministradas no Curso de Formação de Agentes (CFA) surgem em duas

¹⁰ Artigo 121.º, n.º 3, do Estatuto Profissional do pessoal com funções policiais da PSP.

¹¹ Corpo de Intervenção, Grupo de Operações Especiais, Corpo de Segurança Pessoal, Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo e Grupo Operacional Cinotécnico.

disciplinas. Na primeira fase do CFA, estas matérias estão integradas na disciplina de Legislação Policial (cuja duração total é de 17 horas), em duas aulas de 50 minutos, nas quais não estão previstos apenas conteúdos formativos de cariz técnico-pedagógico acerca do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, mas sim de todos os programas especiais, dando especial enfoque ao PES e ao Programa Significativo Azul. Na segunda fase do CFA, as matérias de idosos surgem na disciplina/competência de Saber Efetuar o Acolhimento na Esquadra, repartidas também por duas aulas de 50 minutos, sendo que na primeira aula é visualizado um vídeo sobre idosos, emitido na Grande Reportagem da SIC, intitulado “Este país não é para velhos”, e na segunda aula é abordada a intervenção das FS junto de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, que se constituem como potenciais vítimas de crime.

No Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), ministrado no ISCPSP, nenhuma matéria pende sobre o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, existindo apenas uma abordagem, no que concerne aos programas especiais do PP, referente ao trabalho que é desenvolvido pelas EPAV no âmbito da VD. Contudo, seria de todo pertinente incluir conteúdos relacionados com os idosos no CFOP, não no sentido de formar os Oficiais para desempenhar diretamente essas funções, mas na perspetiva de que terão à sua responsabilidade homens e mulheres que, uma vez integrados no MIPP, estarão constantemente sujeitos a situações delicadas e emocionalmente fortes.

Quanto à formação contínua dada pela PSP aos seus elementos, de acordo com o Portefólio de Formação Policial de 2018, é contemplada a matéria de idosos nas seguintes formações: no Curso do MIPP, com o módulo de Violência sobre idosos e Programa Especial Apoio 65, tendo este a duração de 2 horas das 30 horas totais do curso; no Curso Estratégico de Prevenção Policial e Proximidade, nos mesmos moldes em que é lecionado o módulo anteriormente descrito; e no Curso de Formação de Formadores em MIPP, que reserva 2 horas, das 70 horas totais do curso, para o módulo de Violência sobre idosos e 1 hora da carga horária total para o módulo de Apoio 65.

É compreensível que a formação que é dada aos polícias ao nível inicial, quando ingressam na PSP, seja abrangente, no sentido de lhes dar a conhecer um pouco de todas as valências desta Polícia, bem como de todo o tipo de cenários nos quais podem vir a intervir. No entanto, uma vez que cada especialidade da PSP possui determinadas especificidades inerentes à sua missão e aos objetivos que prossegue, não deveria ser possível um polícia ingressar em nenhuma dessas vertentes, nomeadamente nas equipas do MIPP, sem que, previamente, tivesse tido formação específica para tal (Lopes, 2013, p. 46), já que esse tipo de competências necessárias, não sendo inatas, só poderão ser desenvolvidas através dos

estímulos fornecidos pela formação especificamente direcionada para o efeito (Neves, 2006, p. 85). Nessa perspetiva, Elias (2007b, pp. 484-485) destaca, entre outros mecanismos de racionalização de recursos e inovação de procedimentos aquando da implementação do PP na PSP, a “formação específica dos Agentes de Proximidade, de modo a melhorarem as suas competências, a motivá-los e afastar o carácter essencialmente casuístico e empírico de muitos projectos de policiamento de proximidade desenvolvidos no terreno”.

Por muito que a realidade tenha vindo a mudar e que as técnicas de policiamento se tenham vindo a sofisticar no sentido de se adequar e acompanhar essa mudança o melhor possível, existe ainda, por vezes, alguma resistência à mudança, derivada dos valores extremamente enraizados na instituição, que eram muito estimados no policiamento tradicional e que, de certa forma, se foram desvanecendo após a adoção do PC ou PP. Mas não esqueçamos que a PSP é uma FS, cuja principal missão é a prevenção e que, embora a formação ainda esteja muito voltada para os conteúdos de *law enforcement*, segundo alguns autores, esse tipo de atividade policial estritamente relacionado com a aplicação da lei constitui apenas uma reduzida parcela do trabalho real da Polícia que, na maioria dos casos, está mais associada à prestação de serviços à comunidade e à resolução direta dos problemas dos cidadãos (Sousa, 2009).

Efetivamente, como foi possível verificar, existe, na PSP, formação relacionada com o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança e com a violência exercida sobre idosos, contudo não passam de meros e passageiros módulos que, pela duração que revestem, não se pode dizer que aprofundam estas matérias tanto quanto deveriam ser aprofundadas. Deparamo-nos, assim, com uma lacuna respeitante à formação mais especializada dos Agentes de proximidade acerca do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, a qual cada vez mais se justifica que exista atendendo a que, hoje em dia, a população portuguesa está bastante mais envelhecida do que jovem e “face à actual complexidade dos problemas sociais, é cada vez maior a necessidade de especialização” (Oliveira, 2006, p. 125).

Na ausência de formação especializada que forneça aos polícias de proximidade as competências necessárias para interagir com o público idoso no âmbito do MIPP, os programas, e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança em concreto, “funcionam quase exclusivamente apoiados no esforço de iniciativa pessoal dos agentes” (Durão, 2008, p. 144). Mas assume-se como verdade que a exigência do serviço afeto ao PP tem vindo a crescer, na medida em que tem requerido aos polícias que desempenham funções nos programas especiais novas competências e novas metodologias de trabalho para as quais eles não estão,

muitas vezes, preparados, nem são formados e perante as quais agem com base no improviso (Durão, 2008; Sousa, 2009).

Não obstante as competências pessoais dos polícias das EPAV, adaptadas ao serviço desenvolvido no MIPP, as quais, perante um cenário de falta de formação específica, deviam constituir requisito primordial para ingressar nessas equipas (Simão, 2006, p. 46), não deve haver desprimor pela formação. Pelo contrário, a formação específica, para qualquer valência da PSP e no caso particular do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, deve ser encarada como fundamental, por forma a dotar os polícias, principalmente os mais inexperientes, das competências necessárias para lidar com os idosos, aproveitando também para atualizar os elementos que já têm formação no que respeita a novos procedimentos e práticas a adotar.

III – MÉTODO

3.1. Formulação do problema de investigação

Na atual realidade da PSP, onde a formação específica em determinadas áreas é ainda muita escassa, “na maior parte das práticas... as necessidades procuradas são as auto-percebidas e a fonte privilegiada de informação é constituída geralmente pelos próprios... (profissionais) tomados como informantes-chave das suas lacunas, dificuldades, preferências, aspirações e desejos” (Rodrigues, 1999, cit. in Neves, 2006, p. 88).

Atendendo a que os idosos são um grupo etário cada vez mais numeroso no nosso país, lidar com esse público com idades avançadas será uma realidade e um desafio crescente para a Polícia e, particularmente, para a PSP, já que é nas cidades que se concentram os maiores aglomerados populacionais. Muito embora o CFA e algumas formações referentes ao MIPP contemplem conteúdos sobre idosos, deparamo-nos com uma lacuna na formação da PSP no que respeita à especialização do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança enquanto um dos principais vetores do PP.

Face ao exposto, é necessário que os polícias estejam suficientemente sensibilizados e consciencializados para o tendente fenómeno da longevidade da população e, mais do que isso, sejam formados no sentido de reunirem as características e as competências necessárias para lidar com as especificidades dos problemas que afetam a população idosa, pelo que se torna da maior importância estudar a temática da formação na PSP e, particularmente, no âmbito do PP.

Nesta senda, a presente investigação foi desenvolvida no sentido de tentar solucionar o problema de investigação supramencionado, através da resposta à pergunta de partida na qual “o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 44). Deste modo, perante o presente problema de investigação, formulou-se a seguinte pergunta de partida: Que competências deve um polícia possuir para interagir com o público idoso no âmbito do policiamento de proximidade?

Esta pergunta surge aliada a outras questões derivadas do problema de investigação, às quais se pretende também obter respostas, respostas essas que facilitarão o alcance do objetivo geral da investigação que consiste na construção de uma proposta de um referencial de formação para polícias de proximidade adstritos ao Programa Apoio 65 – Idosos em

Segurança. Neste sentido, as PD que vão ao encontro dos restantes objetivos da investigação são as seguintes:

PD1: Como são genericamente caracterizados os idosos ao nível das dimensões física, psicológica e sociológica?

PD2: Quais os principais problemas dos idosos ao nível da sua segurança?

PD3: Quais as necessidades de formação dos polícias relativamente aos idosos?

3.2. Enquadramento metodológico geral

Relativamente às questões metodológicas, importa, neste momento, suportarmos em alguns autores que nos vêm ajudar a compreender melhor alguns conceitos neste âmbito, nomeadamente os conceitos de metodologia científica e de investigação social. Nesse sentido, a noção de metodologia em ciências sociais, de acordo com Santo (2015, p. 13), “corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente, métodos aqueles que devem ser planeados e apropriados aos objetos de análise de cada disciplina, em ordem à revisão permanente e crítica do conhecimento científico”. Sarmiento (2013, p. 4) refere que a metodologia científica corresponde ao estudo do método quando aplicado à ciência, e que existem diferentes objetos e procedimentos, mediante a área que se está a estudar e o fim que se pretende atingir. A investigação social não é, segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p. 18), “uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal e qual se apresentam, numa ordem imutável (...) [pois] a escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica”.

No sentido de dar a conhecer os caminhos e as opções tomadas, a presente investigação assenta, quanto aos objetivos, num estudo exploratório-descritivo, na medida em que visou, primeiramente, a exploração dos conceitos-chave mais relevantes e intimamente relacionados com o tema, seguida da descrição de situações, experiências e pontos de vista “de pessoas escolhidas em função da sua particular experiência pessoal” (Fortin, 2009).

Tendo em conta a temática abordada na nossa dissertação, e no sentido de respondermos às perguntas levantadas e concretizarmos os objetivos propostos, optámos pela abordagem qualitativa, estando seguros de que, contrariamente ao que se possa pensar relativamente ao rigor científico deste método, efetivamente “o rigor não é exclusivo da

quantificação, nem tão pouco a quantificação garante por si a validade e a fidedignidade que se procura” (Silva & Pinto, 2001, p. 103).

No presente capítulo será explanado o processo de escolha e a caracterização dos inquiridos, os instrumentos de recolha de dados utilizados, todos os procedimentos levados a cabo que possibilitaram a realização deste estudo, bem como as técnicas de análise de dados adotadas.

3.3. Caracterização dos inquiridos

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005, p. 159), “o que caracteriza os sociólogos é estudarem os conjuntos sociais (...) enquanto totalidades diferentes da soma das suas partes (...) [não esquecendo que] as informações úteis, muitas vezes, só podem ser obtidas junto de elementos que constituem o conjunto”. Neste sentido, é fundamental o critério de escolha dos entrevistados, pelo que salientamos a heterogeneidade da nossa amostra como uma mais-valia para a nossa investigação, por nos ter possibilitado um melhor e mais fidedigno levantamento do conjunto de competências necessárias aos polícias de proximidade que lidam diariamente com idosos.

Assim sendo, optou-se por seleccionar 16 informantes privilegiados em função da especialização e experiência profissional nas áreas mestras sobre as quais versa a presente investigação: PP, idosos e formação. Nesse universo de 16 informantes seleccionados, apenas 14 compõe a nossa amostra. A explicação para tal encontra-se no facto de que, muito embora todas as entrevistas tenham carácter exploratório por terem como objetivo a obtenção de informação através da exploração do “conteúdo da investigação, ouvindo especialistas sobre o assunto ou tema” (Sarmiento, 2013, p. 33), os 2 informantes-chave que não estão incluídos na amostra, foram apenas contactados no sentido de se alcançar conhecimento fundado sobre as matérias em estudo e não com o objetivo de serem extraídos e obtidos resultados a partir do conteúdo das entrevistas. Nestas circunstâncias, foram seleccionados o Diretor do Departamento de Formação da DN PSP e a Chefe da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Departamento de Formação da DN PSP. No entanto, apenas foi entrevistada a segunda pessoa escolhida, visto que após movidos esforços no sentido de entrevistar o primeiro informante-chave seleccionado, estes mostraram-se infrutíferos.

No que concerne aos 14 entrevistados que constituem a nossa amostra, estes foram criteriosamente divididos em dois grupos, tendo em conta a necessidade de serem entrevistados informantes internos e externos à PSP.

Relativamente à amostra de atores internos, optou-se por entrevistar elementos da PSP atendendo a fatores como a categoria profissional, a função, o tempo de serviço, os anos de experiência profissional na área e o sexo. Assim, conforme é possível observar no Quadro 1, no sentido de alcançar a heterogeneidade referida, foram entrevistados 7 polícias, dos quais 3 são Oficiais – um do sexo masculino e dois do sexo feminino –, 2 são Chefes – ambos do sexo masculino – e 2 pertencem à categoria de Agentes – sendo um do sexo masculino e um do sexo feminino.

Quadro 1 - Atores Internos – Categoria Profissional/Sexo

<i>Categoria Profissional/Sexo</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Oficiais</i>	1	2	3
<i>Chefes</i>	2	0	2
<i>Agentes</i>	1	1	2
<i>TOTAL</i>	4	3	7

De acordo com o Quadro 2, podemos verificar que todos os entrevistados estão ligados à especialidade do PP, quer no desempenho de funções de direção, de chefia, de comando, de supervisão ou coordenação, quer a exercer funções de atendimento e apoio a vítimas de crimes, bem como de interação direta com a comunidade, particularmente, com a população idosa. Relativamente à entrevistada n.º 7 (E07), não obstante as funções de comando que desempenha atualmente e que a mantêm ligada ao PP, o critério de escolha da mesma baseou-se na sua longa experiência profissional na área, nomeadamente, pela função que anteriormente desempenhava na qualidade de Chefe da Área Operacional da 1.ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa, bem como por ter sido uma das fundadoras do Espaço Júlia – Resposta Integrada de Apoio à Vítima.

Quadro 2 - Atores Internos – Entrevistado(a)/Categoria/Função

<i>Entrevistado(a)</i>	<i>Categoria</i>	<i>Função</i>
<i>E11</i>	Superintendente	Diretor do Departamento de Operações
<i>E08</i>	Comissário	Chefe do Núcleo de Policiamento de Proximidade de Assessoria Técnica – Divisão de Prevenção Pública e Proximidade, Departamento de Operações
<i>E07</i>	Comissário	Comandante da Esquadra de Olhão – Comando Distrital de Faro
<i>E12</i>	Chefe	Supervisor Local do MIPP – 22.ª Esquadra, 1.ª Divisão, Comando Metropolitano de Lisboa
<i>E03</i>	Chefe	Coordenador do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV) – Comando Metropolitano do Porto
<i>E04</i>	Agente Principal	Elemento do GAIV – Comando Metropolitano do Porto
<i>E05</i>	Agente Principal	Elemento das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima – 22.ª Esquadra, 1.ª Divisão, Comando Metropolitano de Lisboa

Relativamente a um dos fatores mais tidos em conta que se prende com a experiência profissional dos entrevistados, foi possível apurar que o tempo médio de serviço dos informantes internos é 23 anos, variando entre os 15 e os 32 anos, e que os anos de experiência profissional na área do PP variam entre os 5 e os 20, pelo que a média é de 11 anos. A média de idades é de 44 anos.

No que concerne à parte da amostra referente aos atores externos (Quadro 3), foi, em primeira instância, selecionado um leque alargado de instituições ligadas ao serviço direto com os idosos ou ao estudo do envelhecimento, dada a falta de conhecimento da nossa parte relativamente a especialistas em concreto nestas áreas. Posteriormente, as entidades selecionadas indicaram-nos os profissionais que consideraram mais adequados para participar no nosso estudo, por terem formação em serviço/assistência social ou por serem especialistas na área da gerontologia. Relativamente ao procedimento anteriormente descrito, excetua-se o entrevistado n.º 13 (E13), por se ter encetado diretamente contacto com o próprio e não através da instituição na qual este desempenha funções.

Quadro 3 - Atores Externos - Entrevistado(a)/Entidade/Função/Cargo

<i>Entrevistado(a)</i>	<i>Entidade</i>	<i>Função</i>	<i>Cargo</i>
E01	APAV	Assessora Técnica da Direção/ Coordenadora Executiva do Centro de Formação	<i>Senior Adviser</i>
E02	União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (Porto)	Técnica de Serviço Social	Assistente Social
E06	Associação Coração Amarelo	Presidente da Delegação do Porto	Voluntária
E09	Santa Casa da Misericórdia do Porto	Coordenadora do Projeto “Chave de Afetos”	Assistente Social do Departamento de Intervenção Social
E10	APOIO – Associação de Solidariedade Social	Diretora Técnica	Assistente Social com Pós-Graduação em Gerontologia Social
E13	Santa Casa da Misericórdia de Águeda	Gerontólogo	Gerontólogo
E14	Instituto Superior de Serviço Social do Porto	Coordenadora da Licenciatura em Gerontologia Social	Docente

No que respeita às idades e à experiência profissional na área, os informantes externos apresentam, respetivamente, uma média de idades de 47 anos, variando entre os 26 e os 78 anos, e um intervalo de anos de experiência profissional situado entre os 3 e os 29 anos, pelo que a média de tempo de serviço na área é de 14 anos.

3.4. Instrumentos de recolha de dados

Na fase de recolha de dados, utilizámos como técnicas: a análise documental, referida por Chaumier (1974, cit. in Bardin, 2018, p. 47) como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”; e o inquérito por entrevista, definido por Sarmiento (2013, pp. 29-30) como uma das formas do método inquisitivo, baseada num guião, cujas perguntas são respondidas por via oral.

Foram então aplicados inquéritos por entrevista, por corresponderem ao “instrumento mais adequado para delimitar os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo” (Albarello et al., 1997, p. 89) e porque a entrevista, não só permite explorar um domínio, aprofundando o seu conhecimento por via de inquirição presencial, como também potencia conteúdos mais ricos em informação (Sarmiento, 2013, p. 28). Para Santo (2015, p. 32), “a técnica da entrevista baseia-se (...) na capacidade de estabelecimento de uma relação de confiança e à-vontade com o entrevistado, de forma que se consigam respostas fidedignas (...) que correspondam ao que na verdade o inquirido pensa, faz, acredita sobre algo”. Também Haguette (1997, p. 86, cit. in Boni & Quaresma, 2005, p. 72) descreve a entrevista como sendo um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Como tal, optou-se pela aplicação do inquérito por entrevista semidirigida, ou semidirigida, por consistir numa técnica com grande adaptabilidade (Bell, 2002), a qual “por um lado, (...) [permite] que o próprio entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objecto perspectivado, (...) [mas] por outro lado, (...) [devido à] definição do objecto de estudo elimina do campo de interesse [outro tipo de] considerações” (Albarello et al., 1997, p. 87). Segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p. 194), “a flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo (...) permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais”. A entrevista semidirigida situa-se, portanto, num nível intermédio entre os aspetos extremamente diretivo e não diretivo (Albarello et al., 1997, p. 87), pois, muito embora seja aplicada com base num guião definido e estruturado, não permite uma total abstração do entrevistado relativamente ao que se pretende, possibilitando um certo “grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 194).

Para a realização dos inquéritos por entrevista foram concebidos três guiões, compostos por diferentes perguntas, tendo em conta os diferentes grupos a que as mesmas se destinam dentro da nossa amostra: Oficiais da PSP (cfr. Apêndice D), Chefes e Agentes da PSP (cfr. Apêndice E), e Atores Externos (cfr. Apêndice F). Para os inquéritos por entrevista exploratórios destinados aos informantes-chave com funções policiais na área da Formação na PSP, foi ainda elaborado um guião adicional (cfr. Apêndice G), o qual foi alvo de recolha de conteúdo, mas não com o intuito de ser instrumento de tratamento de dados.

De um modo geral e transversal a todos os guiões, o número de perguntas não é muito elevado, devendo-se este facto, essencialmente, a duas razões fundamentais: pela inovação e carácter exploratório do estudo; e porque, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2005, p. 74) “o entrevistador deve esforçar-se por fazer o menor número possível de perguntas (...) [pois] a entrevista não é um interrogatório nem um inquérito por questionário”. Assim, por forma a evitar desinteresse por parte dos entrevistados, o número reduzido de perguntas veio dar-lhes a possibilidade de depositar nas suas respostas mais conteúdo proveniente do seu conhecimento e da sua opinião pessoal. Contudo, também não se pretendeu com isso induzir o entrevistado à possibilidade de divagar ou de se dispersar demasiado, pelo que houve a cuidadosa intenção de elaborar as perguntas da forma mais curta, clara, concisa, compreensível e lógica possível (Sarmiento, 2013, pp. 35-36).

No sentido de se obter uma melhor e mais lógica organização da entrevista, as questões foram colocadas por ordem sequencial, por forma a possibilitar aos inquiridos o encadeamento de ideias e a familiarização e consolidação da sua visão acerca dos temas abordados (Ghiglione & Matalon, 2001, cit. in Poiares, 2013, pp. 95-96).

3.5. Procedimento

A presente investigação assentou numa base teórica, a qual foi sendo desenvolvida a partir da pesquisa documental realizada, que incidiu minuciosamente sobre as matérias em apreço do nosso estudo. Inicialmente, procurou-se clarificar os conceitos de Polícia, de Policiamento de Proximidade, de Idoso e de Formação, em sentido amplo. Nesse sentido, foram enunciadas as várias interpretações e doutrinas acerca de cada um dos conceitos, por forma a proporcionar ao leitor um melhor entendimento relativamente aos assuntos que viriam a ser discutidos na fase seguinte. Clarificadas as palavras-chave do estudo, passou-se à abordagem do estado da arte, do geral para o particular, isto é, com o objetivo de, gradual e progressivamente, se estreitar as ideias no sentido de se chegar ao objeto de estudo da nossa

investigação: a formação na PSP. Assim, começou-se por referir os Modelos de Polícia e de Policiamento na Europa e no Mundo, passando a focar o Modelo de Policiamento de Proximidade em Portugal, seguido de uma abordagem mais pormenorizada referente à proximidade policial e ao apoio a idosos. O referido encadeamento de ideias culmina na explanação e esmiuçamento da formação na PSP, mais concretamente no que diz respeito aos conteúdos lecionados relativos ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança e à violência contra pessoas idosas.

No sentido de complementar a parte teórica que havia sido desenvolvida com base na pesquisa e análise documental, procedeu-se a pedidos de autorização tendo em conta a necessidade de materializar o estudo na sua vertente prática. Assim sendo, foi elaborado um pedido para consultar os Planos Curriculares da EPP (cfr. Apêndice B), por forma a obter-se o conhecimento dos conteúdos programáticos dos cursos ministrados neste estabelecimento de ensino relativamente às matérias de idosos. Em resposta a esse pedido foi, posteriormente, concedida a devida autorização (cfr. Anexo 3). Após terem sido escolhidos os elementos policiais a entrevistar, procedeu-se ao pedido para a realização dessas entrevistas (cfr. Apêndice C), para o qual foi igualmente concedida autorização (cfr. Anexo 4). Foram também encetados contactos com entidades externas, para os quais não foi necessário requerer qualquer autorização.

Após concedida a referida autorização para entrevistar os elementos policiais e depois de contactadas as entidades externas escolhidas, procedeu-se à aplicação das entrevistas individuais, conforme disponibilidade dos entrevistados e da entrevistadora. Muito embora se tenha privilegiado o método inquisitivo levado a cabo de modo presencial, atendendo à ocasional indisponibilidade para o efeito, quer da entrevistadora, quer por parte dos entrevistados em questão, uma das entrevistas foi realizada via Skype (E01) e outras quatro foram respondidas via E-mail (E05, E08, E13 e E14). No início de cada entrevista foi explicado aos entrevistados o âmbito do estudo e o que se pretendia alcançar através da aplicação das entrevistas. Embora já fosse do conhecimento de grande parte dos entrevistados vinculados profissionalmente às entidades externas à PSP, foi-lhes também clarificado o serviço que é desenvolvido pelo MIPP e pelas EPAV, em particular, em relação aos idosos. Todos os entrevistados aceitaram participar no presente estudo, tendo cada um deles assinado a declaração de consentimento informado (cfr. Anexo 5) que atesta a sua livre participação. Relativamente ao procedimento adotado para o registo do conteúdo das entrevistas presenciais e, neste caso, também da que foi realizada via Skype, optou-se pela gravação sonora das mesmas, a qual foi previamente autorizada por todos os entrevistados,

uma vez que todas as entrevistas “devem ser registadas e integralmente transcritas” (Bardin, 2018, p. 89). O processo de gravação das entrevistas demonstrou-se fulcral nesta fase da investigação, concretamente no que respeita a dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, a captação integral das entrevistas possibilitou que não fossem perdidos conteúdos ricos em informação. Em segundo lugar, constituiu uma mais-valia para se proceder mais facilmente ao tratamento dos dados recolhidos.

3.6. Técnicas de análise e tratamento dos dados

No sentido de analisar e tratar os dados obtidos através dos inquéritos por entrevista referidos, enveredou-se pela análise de conteúdo que “é uma técnica de tratamento de informação, não é um método” (Vala, 2009, p. 104). De acordo com Bardin (2018, p. 44), corresponde ao “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Para Quivy e Campenhoudt (2005, p. 226), as técnicas “de análise de conteúdo implicam a aplicação de processos técnicos relativamente precisos (como, por exemplo, o cálculo das frequências relativas ou das co-ocorrências dos termos utilizados)”.

Uma das etapas da análise de conteúdo levada a cabo no presente estudo foi a fase da categorização que, segundo Bardin (2018, p. 145), “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos”. Para categorizar é necessário, não apenas ter em conta os termos utilizados pelos entrevistados que, pela sua semelhança, se referirem à mesma coisa, mas também é tão ou mais importante conseguir decifrar os significados dissimulados na linguagem dos entrevistados. Conforme Vala (2009, p. 110), “todos estes aspetos estão organizados num código a que o analista pretende, pelo menos em parte, aceder através do accionamento de um código outro [sendo que] as categorias são os elementos chave do código do analista”. Atendendo a que “as categorias são rubricas ou classes, (...) [que] reúnem um grupo de elementos (...) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão das características comuns destes elementos” (Bardin, 2018, p. 145), é crucial “tornar as categorias e unidades de registo claras, definindo-as com rigor” (Serrão & Pais, 2006, p.153). Para isso, a criação das categorias deve obedecer a determinados princípios, nomeadamente, à exclusão mútua, que

se baseia na tentativa de não repetir determinado elemento em duas ou mais categorias; à pertinência, que define uma categoria como sendo pertinente dada a sua adaptação ao contexto definido; à objetividade e à fidelidade, que pressupõem que o analista defina com clareza as variáveis em tratamento e o que determina a entrada de cada elemento numa categoria (Bardin, 2018, pp. 147-148).

Nesse sentido, optou-se por criar pré-categorias, categorias e subcategorias. As pré-categorias foram criadas com base nos dois principais grupos de interesse da presente investigação, que coincidem com os dois grupos de perguntas dos guiões de entrevista, e que, por sua vez, estão relacionados com os objetivos e com a pergunta de partida e perguntas derivadas do estudo. A criação das categorias atendeu às premissas mencionadas e guiou-se, ainda que não taxativamente, pelas perguntas compreendidas nos guiões direcionados para os diferentes públicos da amostra. As subcategorias dizem respeito às respostas categorizadas dadas pelos entrevistados. De referir ainda que algumas categorias apenas contemplam a análise do conteúdo das entrevistas de determinados públicos-alvo, atendendo a que alguns assuntos só a alguns grupos de entrevistados dizem respeito, pelo entendimento que esses profissionais em questão têm sobre as diferentes matérias em análise. Por exemplo, existem categorias destinadas apenas aos entrevistados pertencentes à carreira de Chefes e Agentes da PSP por serem os que mais contacto têm com os idosos no terreno, tal como existem outras dirigidas a todos os polícias inquiridos por serem aqueles que, dentro da amostra total, conhecem melhor a realidade da PSP.

IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A informação obtida através dos inquéritos por entrevista realizados foi alvo de análise de conteúdo, da qual foram extraídos dados e se obteve um total de 316 unidades de registo (u.r.). Esse total de u.r. distribuiu-se por pré-categorias que, por sua vez, se subdividiram em categorias, tal como é possível observar no Quadro 4.

Quadro 4 - Totais de U.R.

Pré-Categorias	A				B						
Σ U.R.	172				144						
Categorias	A1	A2	A3	A4	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7
Σ U.R.	60	97	6	9	11	5	5	13	73	21	16
Total U.R.	316										

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

A apresentação e discussão dos resultados que se segue tem na base da sua estrutura o esquema de análise categorial (cfr. Apêndice H – Quadro 6) elaborado no sentido de facilitar a exposição e encadeamento das ideias-chave extraídas do conteúdo das respostas dos entrevistados.

4.1. Caracterização e problemas dos idosos

Começamos por apresentar e discutir os resultados referentes à pré-categoria A, que centra o foco de análise na caracterização genérica dos idosos, nos problemas que mais os afetam ao nível da sua segurança, bem como nas maiores dificuldades que os polícias de proximidade têm na interação com os idosos e na identificação dos problemas deles.

No sentido de contextualizar o leitor relativamente à matéria de idosos abordada no presente estudo, passamos a analisar a categoria A1 (60 u.r.) referente à caracterização dos idosos ao nível das dimensões física, psicológica e sociológica (cfr. Apêndice I – Quadro 7). Nesta categoria, a caracterização dos idosos encontrou predominância na subcategoria A1.3, onde 9 dos 14 entrevistados os define como sendo “pessoas isoladas” (E02). De acordo com os mesmos, “o problema do isolamento é muito presente e tem tendência a aumentar” (E09), levando a que muitas pessoas idosas fiquem “confinadas a um apartamento” (E01). A subcategoria A1.4 foi a segunda mais mencionada, sendo que, dos 14 entrevistados, 7 consideraram a solidão como uma caracterização vincada desta faixa etária, referindo que “os nossos idosos estão tendencialmente mais sós” (E05). A estas seguem-se as

caracterizações dos idosos enquanto indivíduos vulneráveis (A1.1=6 u.r.) e incapacitados (A1.2=6 u.r.). De referir ainda que embora os idosos sejam “pessoas com muitas carências” (E07) a vários níveis (A1.5=4 u.r.), existem idosos que não têm apoio (A1.6=5 u.r.), verificando-se uma “falta de retaguarda” (E09) e de “apoio por parte da família” (E11). Contudo, por outro lado, também é real que alguns idosos são pouco recetivos a ajuda (A1.9=4 u.r.), que “não aceitam a ajuda de ninguém” (E07) e “que não querem contacto nem apoio” (E12).

Embora tenha sido dominante nas respostas dos entrevistados a caracterização dos idosos tendencialmente negativa, houve quem também considerasse os aspetos positivos do envelhecimento saudável de alguns idosos. Dos 14 entrevistados, 3 referem que também há idosos ativos (A1.12), salientando que “há cada vez uma procura maior nas Universidades Seniores (...) [e] uma necessidade de procurar algumas coisas diferentes” (E09), dependendo, em parte, da forma como “a pessoa foi trabalhando a questão do seu envelhecimento” (E01). Foi ainda mencionado, com 1 u.r. (A1.10), que “há muitos [idosos] que são capazes, quer fisicamente, quer intelectualmente” (E07), pelo que “não é fácil definir um único perfil de idosos” (E14), já que “os ciclos de vida, são variados e intrínsecos a cada indivíduo” (E13). Para além da questão da construção do envelhecimento proveniente da experiência de vida de cada pessoa, é importante também considerar o “contexto em que os idosos estejam, [isto é,] ou no tecido urbano ou rural” (E07), assim como “a cultura onde estão inseridos” (E04). Existem culturas que ainda conferem aos idosos o estatuto de anciãos (A1.11=2 u.r.) por serem pessoas com experiência e pelas quais é nutrido um profundo respeito e admiração. Todos os aspetos que se prendem com “a experiência de vida, a formação, o nível de autonomia/dependência, o estado de saúde, o nível de participação na vida da comunidade e os contextos tornam estas pessoas singulares” (E05).

No que diz respeito à categoria A2 (97 u.r.), foi feito um levantamento, junto dos entrevistados, dos fatores ou problemas que mais afetam os idosos e potenciam a sua insegurança (cfr. Apêndice I – Quadro 8). Na sequência disso, 13 dos 14 entrevistados referiram como um dos principais fatores precipitadores da insegurança dos idosos os problemas relacionados com a saúde (A2.8), quer no que concerne à progressiva perda de capacidades, quer no que respeita à mobilidade reduzida ou a qualquer doença incapacitante. De acordo com os mesmos, algumas pessoas idosas sofrem de certas “patologias [crónicas] (...), nomeadamente, as demências, o Alzheimer, o Parkinson, a esquizofrenia” (E04), “muitas vezes, entram em estados depressivos” (E01), para além das “dificuldades de locomoção” (E05) que têm e das “perdas inerentes ao avançar da idade” (E14). O isolamento

(A2.2=11 u.r.), a solidão (A2.3=11 u.r.), a carência de apoios (A2.4=5 u.r.) e a falta desses mesmos apoios (A2.5=11 u.r.) apresentaram também uma elevada expressão nas respostas dos entrevistados. Na perspetiva dos mesmos, “a falta de retaguarda, seja familiar, seja formal e informal dá origem ao isolamento” (E09) e “o facto de eles não saírem (...), de não terem familiares nem ninguém que cuide deles” (E12), de terem no fundo “uma rede de suporte frágil” (E14), deixa os idosos mais frágeis e “quanto mais fragilizadas [as pessoas estão] mais se deixam enganar” (E02). Desta forma, introduzimos o fator da ingenuidade e do desconhecimento (A2.1= 8 u.r.), salientando-se que “os idosos são pessoas facilmente manipuláveis” (E07), por não saberem, muitas vezes, “em quem podem confiar” (E08), o que, em parte, advém do facto de que alguns “não têm acesso à informação, nem acesso aos seus direitos” (E01), portanto, “não conhecem a realidade” (E04), nem as ajudas que têm à sua disposição, como, por exemplo, a “existência do policiamento de proximidade” (E12).

Outro problema fortemente influenciador da tendente insegurança dos idosos é a falta de condições (A2.10=6 u.r.), tanto ao nível da habitação, como das acessibilidades. Aliado às más acessibilidades ou à falta delas “para aceder a um conjunto de espaços necessários para satisfazer necessidades quotidianas, tais como o centro de dia, a junta de freguesia, o supermercado, o banco, etc... e até à ausência de transportes adaptados para uma deslocação a um destes espaços” (E14), estão as más condições habitacionais, visto que muitos idosos “vivem em casas sem elevadores, sem nada, o que faz com que comecem a ficar em casa cada vez mais porque têm dificuldades em descer escadas” (E12) e ficam sujeitos “a riscos elevados de queda” (E14). Conforme o relato de um dos entrevistados, já teve oportunidade de acompanhar pessoas idosas “que para sair de casa para ir a uma consulta tiveram de ser levadas em braços pelas escadas” (E05), o que mais uma vez comprova que muito ainda está por fazer no que diz respeito a proporcionar as condições ideais de acessibilidade, dentro e fora dos edifícios, a pessoas com mobilidade reduzida.

Um aspeto muito importante a ter em conta na senda da exponenciação da insegurança dos idosos, é a vitimação que sofrem em silêncio (A2.7=3 u.r.), ou seja, em regra, “os idosos, por exemplo, não se vão queixar de violência doméstica” (E07), “porque é mais difícil apresentar queixa do filho ou da filha ou do neto do que do marido” (E06). Esse medo, comum a muitos idosos, relativamente a denunciar a violência de que são vítimas e que é perpetrada por descendentes seus, pode justificar-se de várias formas. Se por um lado, existe o fator psicológico de não querer entregar um filho às autoridades e, ao invés, preferir sofrer, por outro lado, existe a questão da dependência a vários níveis, quer de prestação de cuidados, quer ao nível económico-financeiro (A2.9=7 u.r.), existindo

“situações em que os cidadãos idosos têm muito pouca capacidade económica, o que leva a que eles próprios se exponham a situações de maior propensão para a vitimação quando, hipoteticamente, possam estar mais dependentes de outros” (E11).

Outro fator que faz com que os idosos se sintam “muito expostos ao perigo [o que muitas vezes não passa de] um sentimento subjetivo de insegurança” (E09), são os Órgãos de Comunicação Social (A2.12=3 u.r.), porque, grande parte daquilo que noticiam, “são só notícias más, não há notícias positivas” (E01) e essa transmissão de acontecimentos negativos, fá-los pensar que qualquer dessas coisas também “lhes pode acontecer” (E06). Segundo uma entrevistada, “esse sentimento de segurança e insegurança também têm a ver com a (...) visibilidade [policial] no território” (E01). A falta de visibilidade policial (A2.13=1 u.r.) é um problema da própria Polícia, pela escassez de meios humanos e materiais, mas que, naturalmente, se repercute também negativamente no sentimento de (in)segurança de algumas pessoas que já viveram em épocas em que a Polícia teria mais meios à disposição para visibilidade.

Face a todos os supramencionados fatores potenciadores de insegurança nos idosos, resta-nos referir a segunda subcategoria com maior expressão, que diz respeito à propensão para a exposição ao crime (A2.6=12 u.r.), fator este que, de certa forma, surge também como consequência de alguns dos referidos problemas que afetam a segurança destas pessoas. Devido aos referidos fatores, ou a outros, os idosos podem estar mais facilmente expostos “a ilícitos criminais, nomeadamente [a]os mais variados tipos de burlas, furtos, roubos e violência doméstica por serem vítimas especialmente vulneráveis” (E05). Se “são alvos fáceis para vários tipos de crime” (E07), “vão ficar mais expostos à má fé das pessoas” (E04) e, consequentemente, “estão mais propensos a ser vítimas de crime” (E11), já para não falar do “facto de alguns deles estarem na presença de próprios familiares que se dedicam, por vezes, a determinadas práticas ilícitas” (E03).

Ainda relativamente aos problemas dos idosos, foi criada uma categoria (A3=6 u.r.) que abrange outra perspetiva, debruçando-se sobre a necessidade de se perceber as dificuldades dos polícias de proximidade quanto à identificação desses problemas (cfr. Apêndice I – Quadro 9). Desta feita, 3 dos 4 entrevistados indicaram o desconhecimento da existência dos idosos (A3.1) como a maior dificuldade na identificação dos problemas desta população. Segundo os mesmos, o mais difícil é o “conhecimento da existência dos idosos, é a falta da busca pelo levantamento estatístico dos idosos” (E04) que, muitas vezes, poderá estar relacionado com “a falta da rede de vizinhança, [com] o isolamento (...) e [com] o receio que as pessoas vão tendo” (E12). A falta de informação acerca da existência dos

idosos, faz com que “muitas das situações só (...) [sejam] reportadas quando algo de anormal acontece, impedindo (...) [que se atue] na prevenção” (E05). A segunda maior dificuldade mencionada por 2 dos 4 entrevistados prende-se com a criação de laços de confiança (A3.2) que, devido às mais diversas razões, “pode levar muito tempo a estabelecer” (E05), já para não falar do desconhecimento por parte de alguns idosos relativamente às ações e ao trabalho desenvolvido pelo MIPP (A3.3=1 u.r.).

Na senda das dificuldades foram também analisadas aquelas que mais influenciam a interação dos polícias com os idosos (categoria A4=9 u.r.), tendo, essencialmente, resultado das respostas dos entrevistados características dos próprios idosos e problemas que, direta ou indiretamente, os afetam (cfr. Apêndice I – Quadro 10). Assim sendo, dos 4 entrevistados, 2 referiram como principais entraves à interação com os idosos, a desconfiança que alguns deles têm para com a Polícia (A4.1) e a falta de respostas institucionais e de saúde (A4.4=2 u.r.). Embora esta última subcategoria não constitua um obstáculo direto à aludida interação, não deixa de ser uma dificuldade, na medida em que, sendo um problema para os idosos que não são devidamente apoiados a esses níveis, é, necessária e consequentemente, um problema para os polícias que lidam com eles e que não têm capacidade para os ajudar nesse sentido.

4.2. Competências e necessidades de formação

No presente subcapítulo são apresentados e discutidos os resultados relacionados com a pré-categoria B, que tem como objetivo clarificar as necessidades de formação do efetivo policial através da análise da formação inicial sobre idosos existente na PSP e das alterações que podem ser feitas no sentido de preparar mais e melhor os polícias nesta área. A análise das competências necessárias aos polícias das EPAV para lidar com o público idoso é também um aspeto fundamental no que diz respeito às necessidades de formação.

Relativamente à categoria B1 (11 u.r.), pretendeu-se compreender a adequação da formação inicial dos Agentes face às reais necessidades do serviço policial levado a cabo junto dos idosos (cfr. Apêndice J – Quadro 11). Tendo em conta que foi dada importância à experiência profissional dos polícias entrevistados, todos têm pelo menos 16 anos de serviço efetivo na PSP, pelo que, ao ser-lhes pedida opinião relativamente a se a formação inicial dos polícias é suficiente para um bom desempenho profissional na interação dos mesmos com os idosos, 4 dos 7 entrevistados responderam que pouca ou nenhuma formação inicial tiveram nesta área (B1.5). Em consequência das razões enunciadas anteriormente, 3

entrevistados referiram desconhecer a atual formação que é ministrada aos candidatos à carreira de Agentes (B1.1). Os que têm conhecimento da formação inicial existente atualmente, referem que, mesmo que os polícias estejam mais preparados do que há uns anos e que a formação atual seja adequada (B1.3=2 u.r.), esta pode ser sempre melhorada (B1.4=1 u.r.), “tendo em conta que vão surgindo novos fenómenos e novos problemas com que nos temos de antecipar” (E11). Contrariamente a estes, houve quem referisse que a formação inicial é insuficiente (B1.2=1 u.r.), mencionando que, embora seja “um bom passo, porque [os polícias] vão tendo umas noções do público que vão lidar, (...) depois tem de haver uma formação muito específica sobre os idosos” (E07) no sentido de os capacitar o melhor possível para o desempenho das suas funções junto desta população específica.

A par da formação inicial, foi abordada também a questão das formações e dos cursos adicionais (B2=5 u.r.) que os Chefes e Agentes entrevistados tiveram em matéria de idosos (cfr. Apêndice J – Quadro 12). Cada um dos 4 entrevistados que a presente categoria contempla mencionou modalidades de formação adicional distintas nesta área, resultando das respostas dos mesmos o curso do MIPP (B2.1), uma conferência de geriatria (B2.2), uma formação sobre gerontologia (B2.3), uma disciplina sobre psicologia do desenvolvimento (B2.4) e seminários sobre idosos (B2.5). A diversidade das respostas é perfeitamente ilustrativa da necessidade que os polícias adstritos às EPAV têm em procurar formação para além da que tiveram aquando do ingresso na PSP.

No seguimento da categoria anterior, passamos a introduzir a categoria B3 (5 u.r.) que vem clarificar, à luz da experiência profissional dos 4 entrevistados, se estes sentem que têm vindo a pôr mais em prática os conteúdos lecionados na EPP ou os conhecimentos adquiridos a título pessoal (cfr. Apêndice J – Quadro 13). Os resultados obtidos nesta categoria vieram intensificar as necessidades de formação, uma vez que 3 dos 4 entrevistados responderam que depositam maioritariamente no seu trabalho os conhecimentos que foram adquirindo a título pessoal ao longo da carreira (B3.1). Um dos entrevistados que referiu o exposto anteriormente, dá também ênfase à formação inicial (B3.3), pelo que conclui a importância de ambos como um “misto de dois mundos” (E05). Houve ainda quem desse enfoque à experiência profissional (B3.2), afirmando que “o que (...) dá um maior conhecimento é depois a prática do dia-a-dia” (E03).

Questionados os informantes-chave externos relativamente a se a sua formação inicial os tinha dotado das competências necessárias para lidar com o público idoso (B4=13 u.r.), as respostas obtidas foram diversificadas (cfr. Apêndice J – Quadro 14). Dos 7 entrevistados, 3 referiram que a formação que tiveram não foi específica sobre idosos (B4.3),

mas “para tratar de problemas sociais” (E02) no geral. Não obstante as menções feitas à importância da formação inicial que tiveram para lidar com idosos no desempenho de funções (B4.1= 4 u.r.), é referido com predominante expressão, por 5 dos 7 entrevistados, que há, e tem de haver, um esforço contínuo em procurar formação adicional periodicamente (B4.2=5 u.r.). Nesta senda, afirmam que tentam “sempre procurar formação” (E01), pois é importante ir tendo “formação na área” (E02) e “acesso a informação” (E09) atualizada. Se a formação não for “entendida como uma necessidade permanente (...) [e] nos colocarmos numa posição de conforto, do ponto de vista da nossa aprendizagem e evolução, é muito provável que, a prazo, venhamos a cair em armadilhas que nos conduzem a más práticas” (E14). Muito embora estes resultados não digam diretamente respeito à formação na PSP, tendo em conta que não contemplam respostas de polícias, mas apenas de atores externos, as conclusões que deles se extraem acabam por ser transversais a qualquer profissão, no sentido de que deve existir formação específica, especializada e contínua. Devemos estar conscientes para o facto de que a realidade social vigente aquando da formação inicial de qualquer profissional e, neste caso concreto, dos polícias, deixa de ser a mesma com o passar dos anos, o que faz com que os conteúdos formativos iniciais desses profissionais vão ficando progressivamente desajustados à realidade atual (B4.4=1 u.r.).

Relativamente a uma das categorias centrais da presente investigação (cfr. Apêndice J – Quadro 15), cumpre-nos agora apresentar os resultados referentes às competências que todos os entrevistados, internos e externos à PSP, consideraram ser as mais importantes e necessárias para se saber como lidar da melhor maneira possível com o público idoso (B5=73 u.r.). Com um total de 8 u.r. cada, surgem as subcategorias referentes à capacidade de comunicação e informação (B5.1) e à empatia (B5.9). Segundo os entrevistados que referiram as competências em apreço, “uma boa capacidade de comunicação” (E11) e de informação pressupõe duas vertentes: a “forma de comunicar” (E01) em si, isto é, a adequação do discurso face ao idoso que se tem à frente; e a comunicação no sentido de se ter a “capacidade para poder transmitir” (E03) todo o tipo de informação útil ao idoso. No que diz respeito à subcategoria com igual expressão, a maior parte dos entrevistados afirmaram que “é preciso haver uma grande capacidade de empatia” (E06) e “empatia não é simpatia” (E01). Deste modo, é essencial criar logo à partida uma abordagem motivacional, de forma a que o idoso se sinta motivado, tranquilizado e protegido pelo profissional com quem está a contactar e sinta abertura suficiente para que se estabeleça facilmente uma relação de confiança. Dos 14 entrevistados, 7 destacaram no leque de competências, as que estão relacionadas com a compreensão (B5.4) e com a formação

(B5.6). Na ótica dos entrevistados em questão, é importante ter a capacidade de “perceber o outro” (E10), de “pôr-se no lugar dos outros” (E04), para se tentar compreender o melhor possível os problemas e os anseios das pessoas idosas. A formação volta a ganhar relevo nesta discussão de resultados, devido à importância que é dada às “competências teóricas” (E14) e aos “conhecimentos técnicos” (E01). A estas seguem-se as competências de dinamismo e interação (B5.3=6 u.r.) e a capacidade de saber ouvir (B5.7=6 u.r.). Segundo os entrevistados, “tem de haver hoje um dinamismo, uma articulação entre nós polícias e a comunidade” (E07), por isso é fundamental que os polícias tenham um “sentido de iniciativa [e de] proatividade” (E14) e “a capacidade de interagir com as pessoas” (E11), quer com as pessoas idosas, quer com as instituições. Para além disso, é fundamental ser-se “bom ouvinte” (E05), porque, muitas vezes, os idosos veem os profissionais que lhes prestam serviços e que lhes dão atenção como “confidentes” (E02), desde que essa tal relação de confiança seja fomentada precocemente. No quadro das competências surge a não menos importante perspicácia na análise e deteção (B5.8=5 u.r.), no sentido de que os polícias devem “ter uma maior capacidade de detetar (...) situações de risco” (E11), sendo para isso necessário “saber também descodificar, às vezes, as palavras e (...) a literacia que as pessoas não têm em relação a termos técnicos” (E06). Muito importante a ter em conta é, ainda, o respeito (B5.5=4 u.r.), a sensibilidade (B5.12=4 u.r.) e a disponibilidade (B5.16=3 u.r.). É fundamental “não infantilizar, não descredibilizar, não desrespeitar a vontade das pessoas” (E13) e ter “sensibilidade para lidar com este público e disponibilidade também, porque (...) há situações que podem sair fora do horário de serviço” (E03), as quais, muitas vezes, não podem ser outros polícias a ir resolver.

Expostas as necessidades de formação do efetivo policial no que diz respeito a idosos e as competências a ter em conta na seleção e formação do mesmo, surgem algumas propostas de alteração à formação (B6=21 u.r.) no sentido de melhorar a especialização dos polícias das EPAV adstritos ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança (cfr. Apêndice J – Quadro 16). Dos 7 polícias entrevistados, 4 consideraram como uma alteração/melhoramento importante a intensificação da rede de parceiros (B6.6). Segundo os mesmos, é necessário “esses polícias estarem munidos de capacidade para poderem articular-se com os parceiros da comunidade” (E07), terem “contactos e parcerias” (E04), porque quanto mais conhecimento tiveram “sobre os diversos serviços que existem” (E03), melhor capacitados estarão para saber “quais são as entidades que, ao nível local, existem para (...) [saberem encaminhar] as diferentes situações” (E11). Com 3 u.r., foi sugerida a aposta na formação contínua e adaptada à realidade (B6.12), no sentido de que “o formador

[tem de] ter também a capacidade de estar a par das alterações (...) para conseguir adaptar a formação aos seus homens” (E04). A articulação da formação com o PES (B6.11=2 u.r.) mereceu menção por parte de 2 dos entrevistados, uma vez que, segundo um deles, “podemos detetar uma situação de risco através de uma conversa que temos com uma criança, ou seja, que a criança fale do avô ou da avó” (E11), o que releva a importância de uma maior incidência formativa no que concerne à sinalização de risco antecipada (B6.5=1 u.r.). Outro aspeto importante a ter em conta na formação prende-se com o alerta para a “capacidade de desligar” (E07), isto é, para os polícias se conseguirem abstrair o máximo possível depois do serviço (B6.7=1 u.r.), atendendo a que, por vezes, a carga emocional com que estes lidam diariamente é de tal ordem forte que pode chegar mesmo a deixá-los transtornados psicologicamente. Houve ainda quem referisse que, para a formação nesta área como para qualquer outra formação, seria importante ter formadores da PSP e formadores externos “com experiência do terreno e não apenas com a formação teórica” (E05). Esta subcategoria (B6.14=1 u.r.) encontra pertinência na capacidade que os formadores com mais experiência profissional têm em dar exemplos reais para ilustrar os conteúdos lecionados.

No que concerne à categoria B7 que registou 16 u.r. (cfr. Apêndice J – Quadro 17), 13 dos 14 entrevistados demonstraram ser pertinente a existência de uma formação específica sobre o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança (B7.1). À luz das suas opiniões, “quanto mais especificidade (...) [e] conhecimento houver sobre uma área em concreto, melhor será o nosso desempenho” (E12), daí a formação em estudo “faz[er] sentido, pois esta é uma das grandes valências do Policiamento de Proximidade” (E05). Segundo os mesmos, “todos têm de receber essa formação inicial, mas quem vai trabalhar efetivamente em casos específicos devia ter uma formação específica” (E07), pois “tal como há para a violência doméstica, que é agora a grande preocupação, o idoso também nos preocupa” (E12). Atendendo a que a tendência pende para que cada vez mais haja “casos de necessidade de acompanhamento em termos de segurança” (E09), “é necessário dominar os saberes relacionais e conhecer regras que devem estar presentes numa relação de ajuda, sobretudo quando estamos perante pessoas em situação de fragilidade” (E14). Tem de haver um incentivo à “desconstrução de estereótipos face ao envelhecimento e às pessoas mais velhas” (E13), pelo que “a formação específica é importantíssima para conhecer (...) essas faixas etárias e todas as suas características e as problemáticas que podem estar inerentes à idade” (E02).

Embora já exista formação acerca do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança “no quadro da formação do Modelo Integrado do Policiamento de Proximidade, (...) ela

pode e deve ser aumentada ou melhorada” (E11), “sobretudo se arranjam formadores, (...) com uma formação técnica ou científica na área da gerontologia (...) mas também gente que até esteja mais no terreno” (E06). Não obstante tudo isso, “também é muito importante seleccionar as pessoas com perfil (...), [pois] algumas (...), se calhar, terão mais interesse ou motivação [e, desse modo,] a formação também pode ser uma forma de triagem” (E09).

De acordo com outras perspectivas, faria sentido haver mais momentos de partilha (B7.2=2 u.r.), “quer com o formato de fóruns ou reuniões, onde se partilhassem boas práticas, dificuldades e experiências” (E08), quer através de “ações de reciclagem periódicas (...) para alertar, para repetir, para criar sessões de reflexão, para estudar casos práticos, boas práticas e outras práticas que tenham sido comprovadamente erradas para se corrigir procedimentos” (E11). Houve ainda quem referisse que, embora compreendesse a “necessidade de uma especialização destas equipas [de proximidade], (...) não fazia mal se todos os agentes a tivessem (...) nem que fosse uma formação diferente, em níveis diferentes” (E01), dada a importância de “que quem faça o primeiro atendimento tenha algum conhecimento para saber dizer quais as informações essenciais que é importante transmitir naquele curto espaço de tempo” (E01).

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo privilegiou a obtenção de conhecimento alusivo aos idosos, ao policiamento de proximidade e à formação ministrada na PSP, tendo por base a informação extraída a partir da análise documental de toda a bibliografia recolhida, assim como da análise de conteúdo dos inquéritos por entrevista efetuados. Posto isto, é-nos agora possível tecer algumas considerações finais que vão ao encontro das principais questões levantadas, às quais, finda a investigação, procuramos dar resposta.

O envelhecimento não é uma fase, mas antes um desenvolvimento que é feito ao longo da vida e que é percecionado de diferentes formas consoante a experiência de vida de cada pessoa, que resulta da correlação de múltiplos fatores, nomeadamente, biológicos, sociais e psicológicos (Velo, 2015). Nesse sentido, a caracterização dos idosos não pode ser encarada como única nem estanque, pois “o grupo dos mais velhos é extremamente heterogéneo, o que se repercute em vivências psicológicas muito distintas” (E14). Para além da construção da velhice que, basicamente, se traduz num processo individual, é crucial atender também aos aspetos da cultura, da geração e da região onde residem. Existem culturas em que, pelos princípios invioláveis que lhes são intrínsecos, os idosos são considerados anciãos pela experiência de vida e sabedoria, independentemente da época em que vivam. Por outro lado, o idoso que integre determinada sociedade com maior propensão para a mudança de paradigma, tenderá a não ser sempre caracterizado da mesma forma com o passar dos anos. Atualmente, em Portugal, deparamo-nos com “idosos do tempo da guerra, que têm os seus traumas da guerra” (E04), contudo, os idosos que teremos daqui a meia dúzia de décadas certamente não terão as mesmas características, pois terão vivenciado experiências e contextos sociais completamente diferentes. Relativamente ao fator que se prende com a região de residência, um idoso no meio rural poderá estar mais integrado na comunidade do que um idoso que resida no meio urbano e esteja circunscrito a um apartamento, contudo, em ambiente rural, poderão estar mais desapoitados no que respeita a determinados serviços, nomeadamente, de saúde.

No entanto, também existem características comuns ao grupo etário em apreço e que devem ser mencionadas pela preponderância que ainda têm nos dias de hoje. Independentemente do contexto social e dos restantes fatores influenciadores referidos, as caracterizações do público idoso com maior evidencia relacionam-se com o facto de serem pessoas tendencialmente isoladas, sós, incapacitadas e vulneráveis, o que denota uma visão ainda algo negativa em relação aos idosos e às capacidades que muitos demonstram ter

mesmo em idades já mais avançadas. “Não obstante, a existência de discursos sobre a velhice, de conotação negativa ou positiva, reflete a forma como cada sociedade considera o lugar dos idosos e diverge, portanto, consoante a percepção social da idade” (Rodrigues & Moreira, 2019, p. 12).

Só através de um entendimento mais profundo acerca das características gerais dos idosos, é possível compreender de forma mais clara os seus problemas e os fatores que põem em risco a sua segurança. Os problemas que assolam a população idosa podem ser encarados como consequências das características que os definem, sendo-nos possível afirmar que quanto mais vulneráveis os idosos forem ou estiverem, mais em risco estará a sua segurança. O estado de especial vulnerabilidade dos idosos está, muitas vezes, intimamente relacionado com os problemas de saúde e “se a sociedade não aposta neles por considerá-los menos válidos, eles próprios tendem a ver-se assim e a remeter-se para o isolamento social, acentuando a sua fragilidade física progressiva, desenvolvendo problemas de saúde mental” (APAV, 2010, p. 13).

Embora a insegurança física dos idosos possa também estar relacionada com as más condições de acessibilidade dos sítios que estes mais frequentam, um fator que maior influência incute na insegurança destes indivíduos prende-se com a propensão para a vitimação, que pode decorrer de diversos cenários criminais. Atendendo aos fatores do isolamento, da solidão e da ingenuidade, existem idosos que, por não saberem discernir as pessoas em quem podem confiar e por desconhecerem a realidade mundana, se deixam enganar pela má fé de desconhecidos, cujos principais crimes que perpetram são, normalmente, a burla e o furto. Se, por um lado, o risco pode vir de qualquer pessoa, muitas vezes externa ao agregado familiar, por outro lado, a exposição ao crime e à violência pode ocorrer em pleno contexto caseiro. Neste caso, “o facto de a pessoa idosa estar inserida num contexto privado, coabitando muitas vezes com o agressor, tendo por vezes com este uma relação de dependência” (Sani & Ferreira, 2019, p. 115), quer de cuidados, quer ao nível económico-financeiro, propicia a vitimação que acaba por ocorrer em silêncio e por não ser reportada às autoridades. De entre as razões que remetem a vítima ao silêncio e à não denúncia da violência que lhe é perpetrada, está a tríade sentimental do idoso composta por: afeto, que muitas vezes o leva a confundir amor com respeito, ou com a falta dele; esperança de que a sua situação melhore; e medo de que a sua dependência aumente e, consequentemente, a sua situação mude para pior (Costa & Santiago, 2019, p. 179).

Face ao exposto, a atuação da Polícia cada vez mais tem de incidir na prevenção do crime contra as pessoas idosas, no sentido de evitar que a interação com este público se

estabeleça apenas na intervenção policial pós-vitimação. Nesse sentido, devem ser postas em prática estratégias de prevenção, designadamente, no que respeita ao “aperfeiçoamento de políticas e práticas de respeito pelos direitos das pessoas idosas nas instituições e serviços [e à] informação da população em geral e profissionais em contacto com pessoas idosas sobre sinais ou manifestações de violência” (OMS, 2014, cit. in Costa & Santiago, 2019, p. 181). Para além das sensibilizações destinadas às instituições e à população em geral, devem ainda ser desenvolvidas medidas preventivas de aproximação aos idosos, no sentido de os tranquilizar e de lhes transmitir, tanto quanto possível, um maior sentimento de segurança. Considerando que esta prevenção só é possível se a Polícia estiver presente no terreno e desenvolver ações e interações com a população idosa, é fundamental que os polícias tenham formação acerca de matérias que versem sobre os idosos e as questões que influenciam o envelhecimento, por forma a estarem mais preparados e munidos de capacidades mais consolidadas para lidar com este público.

Muito embora se tenha verificado que a formação acerca do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança já se encontra contemplada no plano curricular do CFA e no Portefólio de Formação da PSP, é possível concluir que, na falta de uma especialização das EPAPV nesta área, os módulos referentes a idosos que são lecionados nesses cursos demonstram ser insuficientes face às reais necessidades de formação destas equipas. Muitos ainda são os polícias que atualmente lidam com idosos e que apenas se fazem valer da experiência profissional e dos cursos ou formações que, até então, foram adquirindo a título pessoal.

Suportando-nos na premissa que constitui apanágio da PSP e que tem por base o desempenho profissional e a prestação de serviços que vão ao encontro das expectativas e das necessidades da população, os nossos polícias têm de ser especificamente formados nas áreas que mais requerem a sua intervenção. É importante que haja partilha de experiências, de dificuldades e de tentativas de resolução de problemas, por forma a que os formandos tomem proveito do conhecimento uns dos outros e possam aplicá-lo posteriormente no desempenho das suas funções de polícia de proximidade.

Tendo em conta que algumas das competências necessárias aos polícias de proximidade para interagir com o público idoso correspondem às características pessoais de cada indivíduo, consideramos fundamental que, antes de qualquer formação de especialização nesta área, haja, em primeira instância, uma especial preocupação por parte de cada Comandante em selecionar as pessoas que mais competências reúnem à partida, por forma a que posteriormente, em sede de formação, algumas dessas e outras competências sejam mais facilmente adquiridas ou apenas reforçadas.

Em resposta à pergunta de partida colocada no início da presente investigação, são variadas as competências que os Agentes de proximidade das EPAV devem possuir para que se estabeleça a melhor interação possível entre estes e as pessoas idosas, no desempenho das funções do PP. Desde logo, devem ser desenvolvidas as capacidades de comunicação, sabendo adequar a linguagem à pessoa com quem se está a comunicar, e de informação, privilegiando um conhecimento aprofundado acerca dos direitos dos idosos e dos assuntos que lhes dizem respeito, no sentido de os poder informar devidamente. Deve haver a preocupação, por parte do polícia, em estabelecer uma relação de empatia com o idoso logo à partida, de maneira a que este tenha confiança suficiente para demonstrar os seus anseios e possíveis situações em que tenha sido alvo de crime. Para além do importante dinamismo e interação que devem ser desenvolvidos, não só com os idosos, mas também com as outras instituições que lhes prestam serviços e de algumas das quais somos parceiros, é essencial ter a capacidade de saber ouvir e ter respeito e compreensão para com os idosos que, em especial estado de vulnerabilidade, não esperam mais do que isso da Polícia. A disponibilidade é algo fundamental a ter em conta aquando do ingresso na PSP e nestas equipas de proximidade em concreto, na medida em que podem surgir situações que vão para lá do horário de expediente e que só possam ser resolvidas no momento. Outra das principais competências necessárias, relaciona-se com a capacidade de perspicácia e análise e deteção antecipada, sendo “essencial observar que sinais e indicadores estão presentes e que podem indiciar uma situação de maus-tratos” (Júdice & Sequeira, 2019, p. 219) ou de risco de outra natureza. Por último, mas não menos importante, é reforçada uma vez mais a necessidade da obtenção de competências teóricas e técnicas que dificilmente se adquirem a não ser em sede formativa, pelo que se intensifica a importância da “consciencialização e formação específica” (OMS, 2014, cit. in Costa & Santiago, 2019, p. 180) dos nossos polícias, no sentido de serem melhores profissionais nesta área.

Perante o levantamento das principais competências necessárias e das necessidades de formação dos polícias das EPAV em matéria de idosos, apraz-nos, neste momento, propor um referencial de formação (cfr. Apêndice K) para estas equipas, no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, que vá ao encontro das necessidades e das competências enunciadas. Para a criação desta proposta, foram ainda tidas em atenção as propostas de alteração à formação feitas pelos informantes-chave internos, bem como os conhecimentos acerca da estrutura e conteúdo do curso de Gerontologia Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, transmitidos por uma das informantes privilegiadas externas à PSP.

Cumpridos os objetivos que nos propusemos alcançar no início do presente estudo, resta-nos referir as limitações à realização da nossa dissertação, bem como possíveis recomendações de ação e propostas para futuras linhas de investigação.

Relativamente às limitações com que nos deparamos ao longo da investigação, salientamos apenas aspetos relacionados com a aplicação dos inquéritos por entrevista. Em primeiro lugar, de referir a demora de alguns entrevistados a dar resposta à solicitação de colaboração na nossa dissertação. Em segundo lugar, destacamos as dificuldades tidas no agendamento de algumas entrevistas presenciais, acabando, parte delas, por serem respondidas via Skype ou via e-mail. Por último, resta-nos mencionar a limitação decorrente do facto de um dos entrevistados selecionados inicialmente não ter respondido à solicitação para a realização da entrevista, fazendo com que, dos 16 informantes-chave escolhidos, apenas 15 tenham sido entrevistados.

No que concerne às recomendações de ação, consideramos pertinente que os conteúdos relacionados com o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança sejam ministrados no ISCPSI, uma vez que não o são e tendo em conta que qualquer Oficial deve conhecer as principais áreas de trabalho que estão sob a sua alçada no desempenho de funções de Comandante de Esquadra. Para melhor conhecer e conseguir motivar os homens e mulheres que se comanda, é fundamental começar por adquirir conhecimentos respetivos ao trabalho que os elementos de todas as equipas levam a cabo no terreno. Relativamente às futuras linhas de investigação, consideramos igualmente pertinente a criação de novas propostas de referenciais de formação específicos em áreas nas quais ainda não existam e em cuja especialização melhorará o desempenho dos polícias que a elas estão adstritos, como, por exemplo, na área do Turismo na PSP.

Referências Bibliográficas

- Albarello, L. et al. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (1.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Alves, F., & Valente, A. (2006). Polícia de Segurança Pública: Origem, evolução e actual missão. *Politeia*, 3 (1), 63-102.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2010). *Manual Títono – Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência*. Lisboa: APAV.
- Barbosa, A. (2003). Ambientes e moradias para vidas longas. In T. Negreiros (Coord.), *A Nova Velhice – Uma Visão Multidisciplinar* (pp. 135-146). Rio de Janeiro: Revinter.
- Bardin, L. (2018). *Análise de Conteúdo* (4.^a ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (2002). *Como realizar um projeto de investigação* (2.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1), 68-80.
- Caetano, M. (1990). *Manual de Direito Administrativo* (10.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Carvalho, C. (2008). *Maus-tratos conjugais nos idosos: propostas para a prevenção e intervenção sócio-educativa*. (Tese de Doutoramento). Editorial de la Universidad de Granada, Granada.
- Carvalho, M. (2013). *A relação entre o isolamento social por vitimização e o autoconceito na adolescência*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa.
- Chanfana, A., Quintas, H., & Cruz, J. P. (2011). A importância da formação profissional na Polícia de Segurança Pública. *Revista de Psicologia Militar*, 2, 4-17. Retirado em 15 de dezembro de 2018 de <http://hdl.handle.net/10400.1/4955>
- Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa.

- Clemente, P. (2000). *A Polícia em Portugal – Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública* (Vol. 1). (Tese de doutoramento). Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais, Lisboa.
- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança - Breves notas. *Política Internacional e Segurança*, 4, 141-171.
- Clemente, P. (2013). Prevenção e segurança: política e estratégia. In P. P. de Almeida (Coord.), *Como tornar Portugal um País seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade* (pp. 35-57). Lisboa: Bnomics.
- Costa, P. (2002). *A Resposta Policial ao Sentimento de Insegurança dos Idosos: O Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”*. (Tese de Licenciatura em Ciências Policiais). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Costa, D., & Santiago, R. (2019). Estratégias de Prevenção e Intervenção em Situações de Violência. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp. 171-190). Lisboa: PACTOR.
- Costa, J., Nunes, L., Cardoso, J., & Sani, A. (2019). A Perspetiva das Pessoas Idosas e dos Cuidadores Formais. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp. 143-156). Lisboa: PACTOR.
- Correia, S. (1994). Medidas de Polícia e Legalidade Administrativa. *Revista Polícia Portuguesa*, 87, 2-7.
- David, M. (2014). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, problemas e potencialidades*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Decisão n.º 940/2011/EU, de 14 de setembro, do Parlamento Europeu e do Conselho.
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, *Diário da República*, 1.ª Série – A, n.º 63.
- Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, *Diário da República*, 1.ª Série – A, n.º 114.
- Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 204.
- Despacho n.º 54/96, de 21 de outubro, do Ministério da Administração Interna.
- Despacho nº 17035/2001, de 14 de agosto, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

- Diário de Notícias. (2018). *APAV ajudou mais de 5600 idosos vítimas de crime nos últimos quatro anos*. Retirado em 23 de março de 2019 de <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/interior/apav-ajudou-mais-de-5600-idosos-vitimas-de-crime-nos-ultimos-quatro-anos-9932417.html>
- Dicionário infopédia da Língua Portuguesa (s.d.). *Formação*. Retirado em 15 de dezembro de 2018 de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/formação>.
- Dinis, T. (2012). *O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança em Santa Comba Dão*. (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada). Academia Militar, Lisboa.
- Direção-Geral da Saúde. (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 – Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º 12427/2016)*.
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (s.d.). *Modalidades de Formação e Qualificação Profissional*. Retirado em 15 de dezembro de 2018 de <https://www.dgadr.gov.pt/formacao/modalidades-de-formacao-e-qualificacao-profissional>
- Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- Diretiva Operacional n.º 10/2012, de 24 de maio, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- Diretiva Operacional n.º 75/2018, de 18 de setembro, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- Durão, S. (2008). *Patrulha e Proximidade – Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Coimbra: Almedina.
- Durão, S. (2012). Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora. In S. Durão, & C. Darck (Orgs.), *Polícia, Segurança e Ordem Pública: Perspetivas Portuguesas e Brasileiras* (pp. 101-133). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Elias, L. (2007a). Policiamento de Proximidade: Desafios e Perspectivas Futuras. *Revista Polícia Portuguesa*. Lisboa: DNPS.

- Elias, L. (2007b). Policiamento de proximidade: Princípios e fundamentos para a implementação de estratégias de prevenção criminal. In G. M. da Silva, & M. M. G. Valente (Coord.), *Estudos em homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp. 465-536). Coimbra: Almedina.
- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, L. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, T. (2015). *Policiamento de Proximidade em comunidades socialmente fragmentadas*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Fonseca, A. M. (2006). *O Envelhecimento: uma abordagem psicológica*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fortin, M.-F. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5.^a ed.). Loures: Lusociência.
- Freitas, P. (2011). *Solidão em idosos: Percepção em função da rede social*. (Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social Aplicada). Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa, Braga.
- Fundinho, J. F., & Ferreira-Alves, J. (2019). Conhecer o Fenómeno: Tópicos para a Formação Básica de Profissionais. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp. 191-209). Lisboa: PACTOR.
- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: Causes and consequences. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 72 (2), 839-857.
- Gomes, P. V. (2001). Modelos de Policiamento. *Modelos de Policiamento*, 1-4.
- Guinote, H. B. (2006). Os sentimentos de insegurança e os diversos poderes. *Politeia*, 1, 29-62.
- Guinote, H. B. (2009). As origens do policiamento: da pré-história ao primeiro corpo policial. In M. M. G. Valente (Coord.), *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do*

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida (263-297). Coimbra: Almedina.

Guinote, H. B. (2013). Evolução dos Modelos de Policiamento: da Roma Clássica até à Actualidade. In P. P. de Almeida (Coord.), *Como tornar Portugal um País seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade* (pp. 113-138). Lisboa: Bnomics.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional. (s.d.). *Modalidades e formas de organização da formação profissional*. Retirado em 15 de dezembro de 2018 de https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/47236/mod_scorm/content/0/ons01/03ons01.htm

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retirado em 20 de setembro de 2018 de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Instituto Nacional de Estatística. (2018). *Estatísticas demográficas 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retirado em 24 de fevereiro de 2019 de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=348174760&PUBLICACOESmodo=2

Jorge, P. (2014). *O Policiamento Repressivo e o Policiamento de Proximidade: As Políticas Públicas de Segurança e Modelos de Policiamento*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Júdice, H., & Sequeira, C. (2019). Profissionais de Saúde: Estratégias de Detecção e Intervenção. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp. 211-237). Lisboa: PACTOR.

Kelling, G. L., & Moore, M. H. (1988). The Evolving Strategy of Policing. *Perspectives on Policing*, 4, 1-16.

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. *Diário da República*, 1ª Série - A, n.º 155.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série – A, n.º 167.

Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 162.

Leitão, J. (1999). Causas da Proximidade Policial - I. *Revista Polícia Portuguesa*, 119, 9-13.

- Leitão, J. (2000). Causas da Proximidade Policial - III. *Revista Polícia Portuguesa*, 121, 8-13.
- Leitão, J. (2005). *Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP*. (Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Lisboa, M., & Dias, A. T. (2008). Organizações e meio envolvente: O caso do policiamento de proximidade. IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa. Retirado em 25 de janeiro de 2019 de <http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf>
- Lopes, N. (2013). *Policiamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Lourenço, N. (2012). Legitimidade e confiança nas polícias. *Revista do Ministério Público*, 129, 181-196.
- Lucas, P. (2007). O Modelo Policial de Nova Iorque: Um Novo Paradigma de Actuação Policial?. In G. M. da Silva, & M. M. G. Valente (Coord.), *Estudos em homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp. 537-551). Coimbra: Almedina.
- MAI. (1998). *Formação Contínua das Forças de Segurança. Formação a Distância*. Lisboa. Texto Policopiado.
- MAI. (2013). *Manual de Policiamento da Violência Doméstica – Um guia para profissionais das Forças de Segurança*. Lisboa: LST Artes Gráficas.
- Marques, P. B., Soares, A., Paulino, M., & Gaspar, S. (2019). Tipologia de Maus-Tratos a Pessoas Idosas. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp. 59-82). Lisboa: PACTOR.
- Martin, J. I. (s.d.). *Gerontologia em Portugal por Jose Ignacio Martin*. Retirado em 8 de dezembro de 2018 de <https://www.ideg.pt/definicao-de-gerontologia/>
- Matos, F. (2013). *A eficácia do MIPP na redução do sentimento de insegurança e criminalidade de massa*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Mesquita, J. (2011). Suporte Social e Redes de Apoio Social em Idosos. (Dissertação de mestrado em psicologia clínica). ISPA – Instituto Universitário, Lisboa.
- Miranda, M. (1993). *Abordagem (auto)biográfica de um processo de formação – Um contributo para a compreensão dos processos de (trans)formação da pessoa-professor*. (Dissertação de mestrado em ciências da educação). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Miranda, T. (2013). *Actuação policial junto dos idosos – Estudo exploratório na área policial de Queluz, Agualva-Cacém e Rio de Mouro*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Monet, J. C. (2006). *Polícias e Sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Negreiros, M. (2003). Prevenção do declínio cognitivo. In T. Negreiros (Coord.), *A Nova Velhice – Uma Visão Multidisciplinar* (pp. 113-120). Rio de Janeiro: Revinter.
- Neves, F. (2006). Da Necessidade de Formação Intercultural dos Agentes da PSP. *Politeia*, 3 (2), 83-89.
- Norma de Execução Permanente N.º RH/DEPFORM/01/01, de 30 de abril de 2008, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- Oliveira, J. F. (2001). Os modelos de Polícia, face à emergência das políticas públicas de segurança. *Modelos de Policiamento*, 15-25.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Ordem de Operações n.º 4822, de 12 de julho de 2010, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- Páscoa, P. (2008). *A importância do envelhecimento activo na saúde do idoso*. (Monografia de Licenciatura em Enfermagem). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Paúl, C. (2005). A construção de um modelo de envelhecimento humano. In C. Paúl, & A. M. Fonseca (Coord.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 21-41). Lisboa: Climepsi Editores.

- Paúl, C., Fonseca, A. M., Martín, I., & Amado, J. (2005). Satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses. In C. Paúl, & A. M. Fonseca (Coord.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 75-95). Lisboa: Climepsi Editores.
- Poiares, N. (2005). Na encruzilhada das competências: Autoridade e ordem ou serviço social? Um estudo de caso no Alentejo. *Politeia*, 2 (1), 61-79.
- Poiares, N. (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*. Lisboa: Bnomics.
- Polícia de Segurança Pública. (s.d.a). *Programas Especiais: Idosos em Segurança*. Retirado em 4 de janeiro de 2019 de <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/apoio65.aspx>
- Polícia de Segurança Pública. (s.d.b). *Programas Especiais: PIPP*. Retirado em 4 de janeiro de 2019 de <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>
- Polícia de Segurança Pública. (s.d.c). *Programas Especiais: Escola Segura*. Retirado em 4 de janeiro de 2019 de <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/escolasegura.aspx?menu=4>
- Polícia de Segurança Pública. (s.d.d). *Significativo Azul*. Retirado em 4 de janeiro de 2019 de <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/significativoazul.aspx>
- Portefólio da Formação Policial de 2018, do Departamento de Formação da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, L. (2014). O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implantados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). *Análise Social*, 211 (2), 272-309.
- Rocha, M. (2012). *O Impacto do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Segurança Urbana*. (Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades). Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.

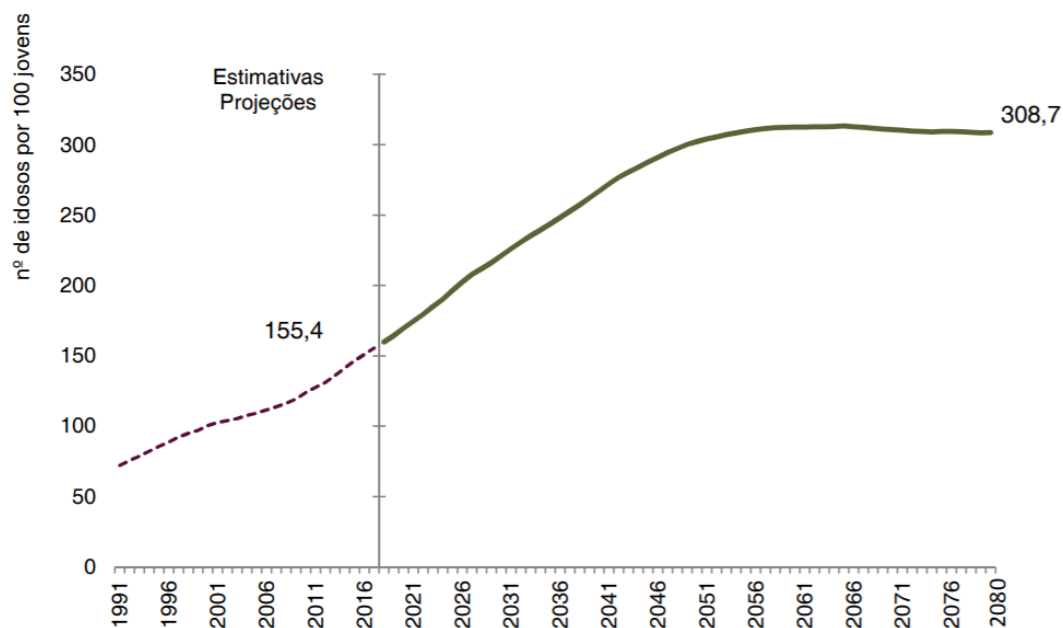
- Rodrigues, T. F., & Moreira, M. J. G. (2019). Ser Velho em Portugal Hoje: Conceitos e Representações. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp. 3-18). Lisboa: PACTOR.
- Sampaio, R. (2009). *Formação Militar vs Formação Civil. Qualidade, Certificação e Emprego. Contribuição para o Recrutamento e Retenção nas Fileiras*. (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General). Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- Sani, A., & Ferreira, L. (2019). Violência contra Pessoas Idosas em Contexto Familiar. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp. 103-117). Lisboa: PACTOR.
- Santo, P. E. (2015). *Introdução à metodologia das ciências sociais. Gênese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Santos, H. (2013). *Política e Polícia: A intervenção cívica do pessoal policial – caso da Polícia Segurança Pública*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas). Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serrão, J. C., & Pais, L. G. (2006). A delinquência juvenil segundo os seus protagonistas: Uma reflexão sobre o género. In C. Machado, L. Almeida. M. A. Guisande, M. Gonçalves, & V. Ramalho (Coords.), *Actas da XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (pp.149-158). Braga: Psiquilíbrios.
- Shephard, R. J. (1997). *Aging, Physical Activity, and Health*. Champaign, IL: Human Kinetics.
- Silva, A., & Pinto, J. (2001). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. (2005). Formação, trabalho e aprendizagem ao longo da vida. In B. D. Silva, & L. S. Almeida (Coord.), *Actas do Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp. 2071-2086). Braga: Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

- Simão, J. (2006). *Policciamento de Proximidade – Papel renovado da polícia na prevenção criminal – Estudo de caso do projecto “Apoio 65 – Idosos em segurança” na zona Intra-muros de Elvas*. (Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Sistema de Segurança Interna. (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna 2018*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Sousa, V. L. (2009). A formação da Polícia – o desejado equilíbrio entre o que se ensina e o que é necessário saber. In M. M. G. Valente (Coord.), *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida* (pp. 329-349). Coimbra: Almedina.
- Trojanowicz, R., Kappeler, V., Gaines, L., & Bucqueroux, B. (1998). *Community Policing: A Contemporary Perspective*. Cincinnati, OH: Anderson Publishing.
- Universidade de Lisboa. (s.d.). *Formação*. Retirado em 15 de dezembro de 2018 de <https://www.ulisboa.pt/info/formacao>
- Vala, J. (2009). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (15.^a ed., pp. 101–128). Porto: Edições Afrontamento.
- Valente, P. (2008). *As medidas de Polícia Administrativa e a prevenção policial*. (Trabalho de Investigação Aplicada). Academia Militar, Lisboa.
- Veloso, A. S. T. (2015). *Envelhecimento, Saúde e Satisfação: Efeitos do Envelhecimento Ativo na Qualidade de Vida*. (Dissertação de Mestrado em Gestão e Economia da Saúde). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- World Health Organization. (2002). *Health statistics and information systems*. Retirado em 7 de dezembro de 2018 de <https://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>
- World Health Organization. (s.d.). *Health situation and trend assessment*. Retirado em 7 de dezembro de 2018 de http://www.searo.who.int/entity/health_situation_trends/data/chi/elderly-population/en/
- Yates, F. (1993). Biological perspectives on growing old. In J. Schroots (Ed.), *Aging, health and competence*. Amsterdam: Elsevier.

ANEXOS

Anexo 1 Índice de envelhecimento

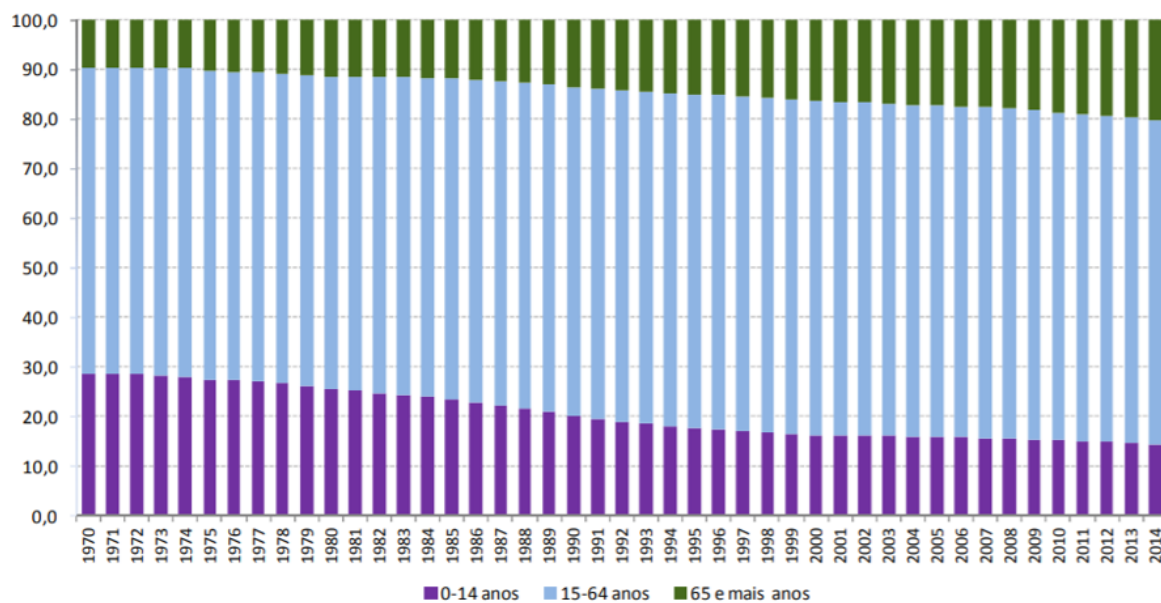
Figura 1 - Índice de envelhecimento (N.º), Portugal, 1991-2017 (estimativas) e 2018-2080 (projeções)



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas 2017

Anexo 2 Estrutura etária da população por grandes grupos de idade

Figura 2 - Estrutura etária da população por grandes grupos de idade (%), Portugal, 1970-2014



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente

Anexo 3 Autorização para consulta dos Planos Curriculares da EPP

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor

Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos

Humanos

(Departamento de Formação)

DN/PSP Largo da Penha de França, N.1

1199-010 USBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 21/SECDE/2019

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE201800001ASP

Data: 2019-01-18

Autorizado
29.01.2019
DIRECTOR NACIONAL
[Assinatura]
Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas, ciências sociais e humanas e/ou ciências de desenvolvimento e adaptação motora.
2. A Aspirante a Oficial de Polícia Melissa Maria da Costa Cabral irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança: Proposta de Referencial de Formação para Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima", do qual é orientador o Sr. Prof. Doutor, Subintendente Nuno Poiares e coorientador o Sr. Subintendente Hugo Guinote.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para consulta e a disponibilização dos referenciais de Formação dos Programas Especiais do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade e de Apoio à Vítima, afetas ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, constantes nos planos curriculares da Escola Prática de Polícia.
5. A obtenção dos dados referidos visa constituir um capítulo da dissertação que sustente todo o trabalho de investigação realizado.
6. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Melissa Cabral se compromete a respeitar a confidencialidade e o anonimato dos dados obtidos, bem como a não usar os mesmos fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor

Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe



R. 1.º de Maio, nº3 1749-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscps.pt
iscps@isp.pt

147858
Página 1/1

Anexo 4 Autorização para a realização de entrevistas a elementos da PSP

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 20/SECDE/2019

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE201800001ASP

Data: 2019-01-17

Autenticação
29.01.2019
DIRETOR NACIONAL

Luis Manuel Poca Farinha
Superintendente-Chefe

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de um relatório, obrigatoriamente, incidir sobre um tema desenvolvido na fase de estágio.
2. A Aspirante a Oficial de Polícia Melissa Maria da Costa Cabral, irá realizar o seu relatório, subordinado ao tema "O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança: Proposta de Referencial de Formação para Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima", do qual é orientador o Prof. Doutor Subintendente Nuno Poiares e coorientador o Subintendente Hugo Guinote, e entrevista poderá ser realizada presencialmente, ou com marcação de data e hora ou através do e-mail.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevistas às seguintes individualidades da estrutura orgânica da PSP:
 - 3.1. Exmo. Sr. Superintendente Luis Elias - DN;
 - 3.2. Exmo. Sr. Superintendente Paulo Onofre - DN;
 - 3.3. Exma. Sr.ª Subintendente Paula Cunha - DN;
 - 3.4. Exma. Sr.ª Comissário Joana Reis - DN;
 - 3.4. Exma. Sr.ª Comissário Aurora Dantier - CD Faro;
 - 3.5. Exmo. Sr. Chefe António Lobo - COMETLIS;
 - 3.6. Exmo. Sr. Chefe Fernando Rodrigues - COMETPOR;
 - 3.7. Exma. Sr.ª Agente Principal Ana Rosa - COMTPOR;
 - 3.8. Exmo. Sr. Agente Paulo Silvestre - COMETLIS.
4. Atendendo à natureza do estudo, a realização das referidas entrevistas e a informação fornecida será uma mais-valia para a recolha de dados necessários para a elaboração do seu relatório, uma vez que lhe irá conferir maior credibilidade e fundamentação nas respostas e nas conclusões.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Melissa Cabral se compromete a obter dos participantes um termo de consentimento informado, bem como a utilizar as respostas obtidas apenas no âmbito do trabalho académico.

O Diretor

Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe



R. 1.ª de Maio, nº3 - 1349-040 Lisboa - Tel.: 213613900 - Fax: 213610535 - www.icpsi.pt | icpsi@psp.pt

147458
Página 1/1

Anexo 5 **Declaração de Consentimento Informado**

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo assinado _____ compreendi a explicação que me foi fornecida, verbalmente e por escrito, acerca da investigação que se pretende realizar, bem como do estudo que irei participar. Foi-me dada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias. Além disso, foi-me informado que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação no estudo em apreço.

Foi-me dado o tempo necessário para refletir sobre esta proposta de participação na investigação.

Nestas circunstâncias, declaro que decido livremente participar neste Trabalho de Investigação Aplicada, tal como me foi apresentado pela investigadora.

A investigadora

O(A) entrevistado(a)

APÊNDICES

Apêndice A Indicadores específicos de violência contra idosos

Quadro 5 - Tipologia de violência contra idosos e respetivos indicadores

Tipologia de violência	Indicadores específicos
Física	<ul style="list-style-type: none"> lesões incompatíveis com o relato que foi feito ou lesões que não tenham sido tratadas adequadamente; cortes, lacerações, feridas, assaduras, fraturas, hematomas; queimaduras provocadas por cigarros, produtos cáusticos ou fricção de objetos; falta de higiene cutânea e roupa e/ou cama sujas; perda de peso sem explicação aparente; erros reiterados na administração da medicação ou suspeita de haver uma supra-dosagem ou uma sobredosagem; mudanças inesperadas de comportamento.
Sexual	<ul style="list-style-type: none"> queixa de dores derivadas de hematomas nas mamas ou nas zonas genitais; sangue ou manchas na roupa, roupa interior e/ou na cama; referência a qualquer tipo de violência sexual.
Psíquica, psicológica ou emocional	<ul style="list-style-type: none"> sentimentos de desapoio, falta de atenção e de afeto; isolamento social deliberado ou corte de relações com os familiares e/ou amigos sem razão grave ou sem explicação; queixa de que não contam consigo para tomar decisões sobre a sua própria vida; relato de histórias esquisitas ou muito pouco possíveis de acontecer; hesitação em falar abertamente; manifesto de confusão, incoerência ou desorientação; manifesto de irritação ou medo em relação a estranhos, a outros prestadores de cuidados, etc.; manifesto de autoestima baixa, depressão ou agitação.
Financeira ou económica	<ul style="list-style-type: none"> perdas inexplicáveis de dinheiro, de cheques, de cartões de crédito e de cartões multibanco; assinaturas em documentos que não se assemelham com a assinatura da vítima ou assinaturas da pessoa idosa quando esta não sabe assinar; mudanças ou recentes realizações de testamentos, transmissão de poderes, etc., quando a pessoa idosa está incapacitada de tomar decisões; desconhecimento por parte da pessoa idosa acerca do seu próprio estado económico; inusitado interesse por parte de um familiar da pessoa idosa para ser seu prestador de cuidados; referência por parte da pessoa idosa de que os seus bens pessoais foram mexidos sem a sua autorização (por exemplo, se desapareceram joias, dinheiro, etc.); desajustamento em casa da pessoa idosa e nas suas roupas, face ao seu conhecido nível social e económico.
Negligência e abandono	<ul style="list-style-type: none"> referência a abandono; falta de higiene, mau cheiro, designadamente a fezes e a urina; má nutrição ou desidratação; doenças mal tratadas, ou um mau cumprimento terapêutico; degradação progressiva da saúde sem causa evidente; número de medicamentos excessivo ou insuficiente comparativamente com os problemas de saúde que a pessoa idosa apresenta; condições de insegurança ou presença de barreiras arquitetónicas em casa da pessoa idosa; uso de vestuário inadequado; a pessoa idosa é deixada sozinha numa unidade de saúde, mesmo depois de ter alta médica; a pessoa idosa é deixada sozinha em casa muito tempo, sem poder sair ou pedir ajuda, em caso de necessidade.

Fonte: Adaptado de APAV (2010)

Apêndice B **Pedido de autorização para consulta dos Planos Curriculares da EPP**

**Exmo. Senhor
Diretor de Estágio**

Eu, **Melissa Maria da Costa Cabral**, Aspirante a Oficial de Polícia N.º 3108/156108, do 31.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a, no âmbito da dissertação de mestrado, cujo tema é “O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança: Proposta de Referencial de Formação para Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima”, da qual é orientador S. Ex.^a o Sr. Subintendente, Prof.º Doutor Nuno Poiares, e coorientador S. Ex.^a o Sr. Subintendente Hugo Guinote, que elabore um pedido à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, requerendo os Planos Curriculares dos Cursos de Formação de Agentes e de Chefes, ministrados na Escola Prática de Polícia.

Visto que o nosso objetivo passará por propor um Referencial de Formação para as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima, afetas ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, a análise dos Planos Curriculares da Escola Prática de Polícia será imprescindível para o desenvolvimento da dissertação de mestrado.

A Aspirante a Oficial de Polícia Melissa Cabral, compromete-se a manter a confidencialidade e o anonimato dos documentos disponibilizados, fora do âmbito da elaboração e discussão da presente dissertação/trabalho.

Lisboa, ISCPSI, 9 de janeiro de 2019

Melissa Maria da Costa Cabral

Aspirante a Oficial de Polícia n.º 3108/156108

Apêndice C **Pedido de autorização para a realização de entrevistas a elementos da PSP**



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

ASSUNTO: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano – Estágio – compreende a elaboração de uma dissertação que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas, ciências sociais e humanas.

Neste sentido, a aluna do 5.º ano do CMICP, Melissa Maria da Costa Cabral, no âmbito do trabalho a realizar, subordinado ao tema “O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança: Proposta de Referencial de Formação para Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima” do qual é orientador S. Ex.^a o Sr. Subintendente, Prof.º Doutor Nuno Poiares, e coorientador S. Ex.^a o Sr. Subintendente Hugo Guinote, vem solicitar a V. Ex.^a que requeira autorização para a realização de entrevistas a elementos com funções policiais da PSP, as quais poderão ser levadas a cabo de forma presencial ou via e-mail.

Da lista de elementos policiais que se pretende entrevistar constam S. Ex.^{as}:

- O Sr. Superintendente Luís Elias (Direção Nacional da PSP);
- O Sr. Superintendente Paulo Onofre (Direção Nacional da PSP);
- A Sr.^a Subintendente Paula Cunha (Direção Nacional da PSP);
- A Sr.^a Comissário Joana Reis (Direção Nacional da PSP);
- A Sr.^a Comissário Aurora Dantier (Comando Distrital de Faro);

- O Sr. Chefe António Lobo (Comando Metropolitano de Lisboa);
- O Sr. Chefe Fernando Rodrigues (Comando Metropolitano do Porto);
- A Sr.^a Agente Principal Ana Rosa (Comando Metropolitano do Porto);
- O Sr. Agente Paulo Silvestre (Comando Metropolitano de Lisboa).

A necessidade da aplicação da entrevista prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.

Junto se anexa a V. Ex.^a os Guiões de Entrevista.

Lisboa, ISCPSI, 17 de janeiro de 2019

Melissa Maria da Costa Cabral

Aspirante a Oficial de Polícia n.º 3108/156108

Apêndice D **Guião de Entrevista para Oficiais da PSP**

ENTREVISTA SOBRE AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DAS EQUIPAS DE PROXIMIDADE E DE APOIO À VÍTIMA NO ÂMBITO DO PROGRAMA APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA

Preâmbulo da entrevista: O presente inquérito por entrevista destina-se a informantes privilegiados com funções policiais e tem como principal objetivo identificar as competências que um polícia deve possuir ao nível da interação com idosos no âmbito do policiamento de proximidade, bem como as necessidades de formação das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima nesta área.

Entrevista n.º _____

Nome: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____ **Hora de início:** _____ **Hora do fim:** _____

Organização: _____

Categoria: _____

Função: _____

Tempo de Serviço: _____ **Idade:** _____ **Sexo:** _____

Experiência Profissional na Área: _____

Guião

I. Problemas de segurança do público idoso

1. Como caracteriza os idosos ao nível das dimensões psicológica e sociológica?
2. Na sua perspetiva, quais os principais problemas que afetam os idosos?
3. Quais desses problemas considera que estão mais relacionados com a segurança dos idosos?

II. Competências adquiridas e necessidades de formação dos polícias que interagem com o público idoso no âmbito do MIPP

1. No seu entender, considera que a formação inicial dos polícias é suficiente para um bom desempenho profissional na interação dos mesmos com os idosos? Justifique.
2. Que competências considera que os polícias das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima devem possuir para interagir com idosos?
3. Nesse sentido, alteraria algo na formação dos polícias nesta área? Se sim, o quê?
4. Na sua opinião, faz sentido que exista uma formação específica para as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima relativa ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança? Justifique.

Apêndice E **Guião de Entrevista para Chefes e Agentes da PSP**

ENTREVISTA SOBRE AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DAS EQUIPAS DE PROXIMIDADE E DE APOIO À VÍTIMA NO ÂMBITO DO PROGRAMA APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA

Preâmbulo da entrevista: O presente inquérito por entrevista destina-se a informantes privilegiados com funções policiais e tem como principal objetivo identificar as competências que um polícia deve possuir ao nível da interação com idosos no âmbito do policiamento de proximidade, bem como as necessidades de formação das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima nesta área.

Entrevista n.º _____

Nome: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____ **Hora de início:** _____ **Hora do fim:** _____

Organização: _____

Categoria: _____

Função: _____

Tempo de Serviço: _____ **Idade:** _____ **Sexo:** _____

Experiência Profissional na Área: _____

Guião

I. Problemas de segurança do público idoso

1. Como caracteriza os idosos ao nível das dimensões psicológica e sociológica?
2. Na sua perspetiva, quais os principais problemas que afetam os idosos?
3. Quais desses problemas considera que estão mais relacionados com a segurança dos idosos?

4. Como classifica a dificuldade na identificação desses problemas por parte dos polícias de proximidade?

II. Competências adquiridas e necessidades de formação dos polícias que interagem com o público idoso no âmbito do MIPP

1. No seu entender, considera que a formação inicial dos polícias é suficiente para um bom desempenho profissional na interação dos mesmos com os idosos? Justifique.
2. Para além da sua formação inicial na PSP, já frequentou algum curso ou formação referente a idosos? Se sim, qual?
3. À luz da sua experiência profissional em lidar com idosos, sente que tem vindo a pôr mais em prática os conteúdos que lhe foram lecionados na Escola Prática de Polícia ou os seus próprios conhecimentos adquiridos a título pessoal?
4. Quais as maiores dificuldades que enfrenta aquando da interação com idosos no desempenho das suas funções?
5. Que competências considera que os polícias das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima devem possuir para interagir com idosos?
6. Nesse sentido, alteraria algo na formação dos polícias nesta área? Se sim, o quê?
7. Na sua opinião, faz sentido que exista uma formação específica para as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima relativa ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança? Justifique.

Apêndice F **Guião de Entrevista para informantes-chave externos**

ENTREVISTA SOBRE AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS ÀS EQUIPAS DE PROXIMIDADE E DE APOIO À VÍTIMA NO ÂMBITO DO PROGRAMA APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA

Preâmbulo da entrevista: O presente inquérito por entrevista destina-se a informantes privilegiados externos e tem como principal objetivo identificar as competências que um polícia deve possuir ao nível da interação com idosos no âmbito do policiamento de proximidade.

Entrevista n.º _____

Nome: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____ **Hora de início:** _____ **Hora do fim:** _____

Organização: _____

Cargo: _____

Função: _____

Experiência Profissional na Área: _____ **Idade:** ____ **Sexo:** _____

Guião

I. Problemas de segurança do público idoso

1. Como caracteriza os idosos ao nível das dimensões psicológica e sociológica?
2. Na sua perspetiva, quais os principais problemas que afetam os idosos?
3. Na sua opinião, e pela experiência profissional que tem, como caracteriza o sentimento de insegurança da generalidade dos idosos com quem contacta no desempenho das suas funções? Explicite.

II. Competências necessárias para interagir com o público idoso

1. A sua formação dotou-o(a) das competências necessárias para lidar com o público idoso? Justifique.¹²
2. Em traços gerais, qual a estrutura, duração (horas semanais) e conteúdos da formação ministrada no curso (Gerontologia Social ou Serviço Social) que dirige/no qual leciona?¹³
3. No seu ponto de vista, que competências pessoais considera que deve possuir qualquer profissional que trabalhe com idosos, no sentido de se estabelecer a melhor interação possível entre ambos?
4. Na sua opinião, faz sentido que exista uma formação específica para as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima relativa ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança? Justifique.

¹² Questão a colocar **apenas** aos profissionais de Serviço/Assistência Social em exercício de funções na área.

¹³ Questão a colocar **apenas** aos docentes e/ou diretores/coordenadores dos cursos de Gerontologia Social e de Serviço Social.

Apêndice G **Guião de entrevista para informantes-chave com funções policiais na área da Formação**

ENTREVISTA EXPLORATÓRIA SOBRE A FORMAÇÃO NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Preâmbulo da entrevista: O presente inquérito por entrevista destina-se a informantes privilegiados com funções policiais na área da Formação, e tem como principal objetivo identificar os aspetos essenciais na elaboração e estruturação de Referenciais de Formação.

Entrevista n.º _____

Nome: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____ **Hora de início:** _____ **Hora do fim:** _____

Organização: _____

Categoria: _____

Função: _____

Tempo de Serviço: _____ **Idade:** _____ **Sexo:** _____

Experiência Profissional na Área: _____

Guião

1. De que forma está estruturada a formação na Polícia de Segurança Pública?
2. Que métodos são utilizados na construção e estruturação dos referenciais de formação?
3. Na sua perspetiva, considera que os referenciais de formação existentes na Polícia de Segurança Pública satisfazem as necessidades de formação nas respetivas áreas?
4. Em caso negativo, alteraria ou acrescentaria algo a novos referenciais de formação? Se sim, o quê?
5. Existe alguma formação na Polícia de Segurança Pública relativa ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança?

Apêndice H Esquema de Análise Categorical

Quadro 6 - Esquema de Análise Categorical

Pré-categorias		Categorias		Descrição
A	Caracterização e problemas dos idosos	A1	Caracterização dos idosos	Traços característicos dos idosos ao nível das dimensões física, psicológica e sociológica.
		A2	Fatores potenciadores de insegurança	Fatores ou problemas que afetam os idosos e que exponenciam a sua insegurança.
		A3	Dificuldades na identificação de problemas	Maiores dificuldades na identificação dos problemas dos idosos por parte dos polícias de proximidade.
		A4	Dificuldades na interação com idosos	Maiores dificuldades que os polícias de proximidade enfrentam aquando da interação com idosos.
B	Competências e necessidades de formação	B1	Formação inicial	Classificação da formação inicial dos Agentes da PSP em matéria de idosos.
		B2	Formação adicional	Cursos e/ou formações adicionais referentes a idosos que os polícias entrevistados tenham tido para além da sua formação inicial.
		B3	Desempenho profissional	Preponderância dos conteúdos lecionados na EPP e dos conhecimentos adquiridos a título pessoal no desempenho profissional dos polícias entrevistados.
		B4	Formação dos informantes externos	Preponderância da formação inicial dos informantes externos no seu desempenho profissional junto dos idosos.
		B5	Competências necessárias	Competências que os polícias das EPAV devem possuir para interagir com idosos.
		B6	Alterações à formação	Sugestões de alteração e/ou acrescento à formação nesta área.
		B7	Pertinência da formação específica	Validação da importância da formação específica para as EPAV relativa ao Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança.

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Apêndice I Pré-categoria A – Caracterização e problemas dos idosos

Quadro 7 - Categoria A1 – Caracterização dos idosos

Subcategorias		Entrevistados														U.R.	
		E01	E02	E03	E04	E05	E06	E07	E08	E09	E10	E11	E12	E13	E14	Subtotal	Total
A1.1	Vulneráveis		✓	✓				✓	✓		✓			✓		6	60
A1.2	Incapacitados			✓			✓		✓	✓	✓	✓				6	
A1.3	Isolados	✓	✓		✓	✓			✓	✓	✓		✓	✓		9	
A1.4	Sós					✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓		7	
A1.5	Carentes (apoio, atenção, ajuda)		✓				✓	✓					✓			4	
A1.6	Desapoiados familiar e institucionalmente					✓	✓	✓		✓		✓				5	
A1.7	Facilmente manipuláveis e suscetíveis ao crime			✓				✓						✓		3	
A1.8	Desconfiados					✓		✓								2	
A1.9	Pouco recetivos a ajuda					✓	✓	✓					✓			4	
A1.10	Capazes							✓								1	
A1.11	Anciãos e experientes				✓	✓										2	
A1.12	Pessoas ativas	✓								✓	✓					3	
A1.13	Consumidores de medicação		✓								✓	✓			✓	4	
A1.14	Doentes						✓			✓	✓				✓	4	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 8 - Categoria A2 – Fatores potenciadores de insegurança

Subcategorias		Entrevistados														U.R.	
		E01	E02	E03	E04	E05	E06	E07	E08	E09	E10	E11	E12	E13	E14	Subtotal	Total
A2.1	Ingenuidade e desconhecimento	✓	✓		✓		✓	✓	✓				✓		✓	8	97
A2.2	Isolamento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓		✓	11	
A2.3	Solidão		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	11	
A2.4	Carência		✓				✓		✓	✓			✓			5	
A2.5	Falta de apoio	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓		✓	11	
A2.6	Exposição ao crime	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	12	
A2.7	Vitimação silenciosa					✓	✓	✓								3	
A2.8	Problemas de saúde	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	13	
A2.9	Dificuldades económico-financeiras		✓		✓		✓			✓		✓	✓		✓	7	
A2.10	Falta de condições	✓	✓			✓		✓					✓		✓	6	
A2.11	Despejos	✓	✓			✓										3	
A2.12	Órgãos de comunicação social	✓					✓			✓						3	
A2.13	Falta de visibilidade policial	✓														1	
A2.14	Incapacidade de resolução de problemas			✓							✓				✓	3	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 9 - Categoria A3 – Dificuldades na identificação de problemas

Subcategorias		Entrevistados				U.R.	
		E03	E04	E05	E12	Subtotal	Total
A3.1	Desconhecimento da existência dos idosos		✓	✓	✓	3	6
A3.2	Demora na criação de laços de confiança	✓		✓		2	
A3.3	Desconhecimento do MIPP	✓				1	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 10 - Categoria A4 – Dificuldades na interação com idosos

Subcategorias		Entrevistados				U.R.	
		E03	E04	E05	E12	Subtotal	Total
A4.1	Desconfiança dos idosos			✓	✓	2	9
A4.2	Desconhecimento das ajudas que existem				✓	1	
A4.3	Medo por parte dos idosos				✓	1	
A4.4	Falta de respostas institucionais e de saúde		✓	✓		2	
A4.5	Isolamento			✓		1	
A4.6	Problemas mentais			✓		1	
A4.7	Provenientes de dentro da PSP	✓				1	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Apêndice J Pré-categoria B – Competências e necessidades de formação

Quadro 11 - Categoria B1 – Formação inicial

Subcategorias		Entrevistados						U.R.	
		E03	E04	E05	E07	E08	E11	E12	Total
B1.1	Desconhece a atual		✓			✓		✓	3
B1.2	Insuficiente				✓				1
B1.3	Adequada	✓					✓		2
B1.4	Pode ser melhorada						✓		1
B1.5	Teve pouca ou nenhuma nesta área	✓	✓	✓				✓	4
									11

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 12 - Categoria B2 – Formação adicional

Subcategorias		Entrevistados				U.R.	
		E03	E04	E05	E12	Subtotal	Total
B2.1	Curso do MIPP				✓	1	5
B2.2	Conferência de geriatria				✓	1	
B2.3	Formação sobre gerontologia			✓		1	
B2.4	Disciplina de Psicologia do Desenvolvimento				✓	1	
B2.5	Seminários sobre idosos			✓		1	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 13 - Categoria B3 – Desempenho profissional

Subcategorias		Entrevistados				U.R.	
		E03	E04	E05	E12	Subtotal	Total
B3.1	Conhecimentos adquiridos a título pessoal		✓	✓	✓	3	5
B3.2	Experiência profissional	✓				1	
B3.3	Formação inicial			✓		1	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 14 - Categoria B4 – Formação dos informantes externos

Subcategorias		Entrevistados							U.R.	
		E01	E02	E06	E09	E10	E13	E14	Subtotal	Total
B4.1	A formação inicial foi importante	✓			✓		✓	✓	4	13
B4.2	Procura formações periodicamente	✓	✓	✓	✓			✓	5	
B4.3	Não específica em idosos		✓	✓	✓				3	
B4.4	Desajustada à realidade atual					✓			1	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 15 - Categoria B5 – Competências necessárias

Subcategorias		Entrevistados														U.R.	
		E01	E02	E03	E04	E05	E06	E07	E08	E09	E10	E11	E12	E13	E14	Subtotal	Total
B5.1	Comunicação e informação	✓		✓			✓		✓	✓		✓		✓	✓	8	73
B5.2	Criatividade				✓				✓						✓	3	
B5.3	Dinamismo e interação				✓			✓	✓	✓		✓			✓	6	
B5.4	Compreensão				✓	✓	✓		✓		✓		✓		✓	7	
B5.5	Respeito					✓			✓	✓				✓		4	
B5.6	Formação teórica e técnica	✓		✓	✓	✓		✓		✓					✓	7	
B5.7	Saber ouvir		✓			✓	✓	✓		✓		✓				6	
B5.8	Perspicácia na análise e detecção						✓	✓		✓		✓			✓	5	
B5.9	Empatia	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓				8	
B5.10	Humanidade									✓			✓		✓	3	
B5.11	Motivação			✓	✓											2	
B5.12	Sensibilidade			✓	✓	✓				✓						4	
B5.13	Paciência					✓	✓				✓					3	
B5.14	Gostar do que se faz	✓									✓					2	
B5.15	Trabalho em equipa	✓													✓	2	
B5.16	Disponibilidade			✓	✓					✓						3	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 16 - Categoria B6 – Alterações à formação

Subcategorias		Entrevistados							U.R.	
		E03	E04	E05	E07	E08	E11	E12	Subtotal	Total
B6.1	Mais do que mudar a teoria, selecionar e motivar os polícias					✓			1	21
B6.2	Melhorar a formação dos agentes genéricos						✓		1	
B6.3	Incidir mais na violência doméstica				✓				1	
B6.4	Incidir mais no apoio à vítima						✓		1	
B6.5	Incidir mais na sinalização de risco antecipada						✓		1	
B6.6	Intensificar a importância das parcerias	✓	✓		✓		✓		4	
B6.7	Alertar para a capacidade de abstração depois do serviço				✓				1	
B6.8	Melhorar a capacidade de encaminhamento						✓		1	
B6.9	Melhorar a comunicação entre as esquadras genéricas e as EIC						✓		1	
B6.10	Desconhece os conteúdos da formação atualmente	✓						✓	2	
B6.11	Articulação da formação com a Escola Segura		✓				✓		2	
B6.12	Apostar na formação contínua adaptada à realidade	✓	✓	✓					3	
B6.13	Componente integrativa e multidisciplinar			✓					1	
B6.14	Apostar em formadores com experiência no terreno			✓					1	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Quadro 17 - Categoria B7 – Pertinência da formação específica

Subcategorias		Entrevistados														U.R.	
		E01	E02	E03	E04	E05	E06	E07	E08	E09	E10	E11	E12	E13	E14	Subtotal	Total
B7.1	Pertinente	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	13	16
B7.2	Momentos de partilha								✓			✓				2	
B7.3	Não só para as EPAV, para todos	✓														1	

Fonte: Elaboração própria através da análise do conteúdo das entrevistas

Apêndice K Proposta de Referencial de Formação

		Polícia de Segurança Pública Proposta de Referencial de Formação	
Identificação do Curso			
Nº / Designação		Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança	
Entidade Organizadora			
Tipo de Formação	Especialização		
Local de Realização	A Definir		
Periodicidade	Eventual		
Objetivos Gerais do Curso			
<ul style="list-style-type: none">Adquirir competências profissionais específicas na área do Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança;Definir, caracterizar e aplicar os princípios operacionais consagrados no Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança.			
Formadores			
<ul style="list-style-type: none">Elementos policiais com experiência profissional na área;Profissionais externos da área da gerontologia e a desempenhar funções em instituições parceiras que prestem serviços a idosos.			
Destinatários			
<ul style="list-style-type: none">Elementos policiais com funções operacionais nas Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima.			
Pré-Requisitos			
<ul style="list-style-type: none">Ser elemento com funções policiais.			
Horário			
Dias de Formação	5 dias		
Total de Horas Diárias	6 horas		
Hora de Início	09H30		
Hora de Fim	17H00		
Intervalo Almoço	12H30	às	14H00
Dias	Módulos		Duração
1º	1	Diretiva estratégica 10/2006	1
	2	Caracterização dos idosos e do envelhecimento	2
	3	Principais problemas que afetam a segurança dos idosos	3
2º	4	Direitos dos idosos	3
	5	Parcerias	3
3º	6	O crime contra idosos e a violência nos vários contextos	3
	7	Estratégias de prevenção, deteção e intervenção	3
4º	8	Competências necessárias para lidar com o público idoso	4
	9	Articulação com o Programa Especial Escola Segura	2
5º	10	Análise de casos práticos	3
	11	Debate de ideias	3
Carga Horária Total (em Horas)			30